

Luta de Classes

 Pela reconstrução
da 4ª Internacional

IMPRESA
R\$ 4,00
OPERÁRIA

“A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores” (Karl Marx)



Manifestação em 17 de junho no Largo da Batata, São Paulo

Editorial

Fora ministros capitalistas

Em junho os jovens saíram às ruas e mudaram a situação política no país. Os atos começaram pequenos, contra os aumentos de passagens, mas a violenta repressão levou milhões às ruas, exigindo melhorias no transporte, na educação, na saúde e se manifestando contra o uso de dinheiro público em uma copa da qual a maioria da população é excluída.

A presente edição do Jornal Luta de Classes traz artigos que buscam ajudar a entender os motivos desta revolta, assim como

uma crítica às saídas apresentadas pelo governo Dilma. As matérias discutem reforma política, saúde, educação e diminuição da maioria penal. Além disso, publicamos uma resolução do Comitê Central da Esquerda Marxista, escrita no começo de julho – antes dos atos do dia 11.

E, para os que pensavam que os atos feitos pelas centrais sindicais neste dia mudavam o caráter do que acontecia, as jornadas de julho que continuam no Rio de Janeiro e Espírito Santo mostram que acabou a tolerância com a

coalizão do PT e com a burguesia. Nestes dois Estados, os governadores do PMDB mostram a sua verdadeira face frente à juventude, com repressão brutal. No PT, elevam-se as vozes dos que, como nós, defendem o fim das alianças com a burguesia.

Ao fim, as matérias sobre a nova revolução no Egito e a respeito da necessidade de um partido internacional dos trabalhadores analisam a situação internacional da luta de classes.

Boa leitura.

CONSTITUIÇÃO

O que mudou desde sua aprovação em 1988 e o que a reforma política significa?

Página 7

CONJUNTURA

Resolução do Comitê Central da Esquerda Marxista sobre o momento atual

Página 2

INTERNACIONAL

A nova revolução no Egito e a vitalidade da iniciativa revolucionária das massas

Página 17

SAÚDE

As medidas do governo são jogo de cena. Entenda a situação e as tarefas

Página 10

EDUCAÇÃO

Governo privilegia o ensino privado e deixa o ensino público em segundo plano

Página 13



Uma virada na situação política

Comitê Central da Esquerda Marxista

Estamos em uma situação mundial muito próxima ao que foram os anos 30 do século XX. Uma crise econômica para a qual a burguesia não tem saída imediata, revolta aberta das massas de um país a outro. O traço dominante da situação é que as massas resistem e impõe uma relação de forças internacional favorável às suas lutas.

E a burguesia não tem hoje nenhum partido com capacidade de enfrentar as massas, derrotá-las nas ruas e impor uma virada em direção à contrarrevolução. Os velhos aparatos que controlavam a classe trabalhadora, e que impediram na década de 30 que as massas derrubassem o capital, o aparato internacional estalinista e a Internacional socialdemocrata, ou já não existem, ou já não têm mais a capacidade contrarrevolucionária que tinham de controlar as massas.

A inexistência de partidos revolucionários de massa é o principal problema da atual situação e a sua construção a tarefa central dos marxistas. Tarefa esta que deve ser desenvolvida, nesta etapa, fortalecendo os núcleos marxistas e integrando novos militantes, atraindo novas camadas de jovens e preparando a situação para as futuras ondas revolucionárias.

A cada momento reafirma-se nossa concepção marxista de que a classe operária é a classe fundamental na sociedade capitalista e que ela é a única classe consequentemente revolucionária. Assim, como se reafirma nossa compreensão de que a juventude é a primeira corda que vibra ao som da revolução. As grandes manifestações de junho fizeram tremer a burguesia e os reformistas dirigentes das organizações de massa, assim como todo o governo. As próximas mobilizações quando entrarem em cena e tomarem as ruas, os batalhões pesados da classe operária, vão sacudir o Brasil de alto a baixo.

No Brasil, após as grandes manifestações, a repressão policial e as provocações da extrema direita, o simples anúncio da mobilização geral do dia 11 de julho, convocada pelas centrais sindicais, varreu das ruas os provocadores, que apoiados na polícia infiltrada, atacavam as bandeiras vermelhas. A burguesia teme, e com razão, as massas enfurecidas. Se ela tentou a manobra de tentar virá-las contra “os vermelhos”, rapidamente mudou de tática e sumiu das ruas quando viu a resistência organizar-se. A classe operária brasileira não está derrotada e ainda se sente forte das vitórias alcançadas.

A burguesia, é verdade, gostaria de ter “governos fortes”, capazes de praticar a brutalidade necessária para a imposição de seus planos de ajuste, que procuram jogar a crise nas costas da classe trabalhadora. Mas, o seu problema é que ela não consegue as condições políticas para tal e as revoltas generalizam-se pelo mundo. Países nos quais reinava uma “estabilidade social” como a Suécia, ou uma dita “democracia forte” como a Turquia, explodem em revoltas que todos os seus analistas classificam como “inesperadas”. Como “inesperada” foi a revolta dos jovens no Brasil, num país em que a Presidente detinha mais de 60% de aprovação ou a segunda onda da revolução egípcia que derrubou o governo islamita.

Sim, para os analistas da burguesia tudo é “inesperado”, porque tudo o que desejam é tranquilidade para seguir com os negócios e não entendem de onde vem a fúria popular contra “tudo que está aí”. A questão só não se resolve por que os partidos e organizações que a classe trabalhadora reconhece como seus estão empenhados em manter o capital e são o maior sustentáculo do capital.

Um Tsunami político atingiu o Brasil

Os marxistas souberam analisar a situação no Brasil e tomaram medidas para tal, em particular lançando o



O povo toma as ruas no Rio de Janeiro

Boletim Foice & Martelo, semanal, em função das perspectivas que tinham para a situação política. Boletim que se revelou extremamente acertado e ajudou a manter a unidade e a ação dos marxistas durante a revolta juvenil que atravessou o Brasil. Dizia a “Resolução sobre o jornal bimestral e o boletim semanal”:

Vivemos no mundo e no Brasil, uma nova situação. Há um aprofundamento da crise mundial com um agravamento da crise europeia. China, Índia e Rússia veem seu crescimento econômico diminuir significativamente. A tentativa dos EUA de sair da crise através de um esforço centrado no complexo indus-

trial-militar é um esforço que não tem futuro, frente a sua monstruosa dívida pública. E o Brasil chega a 0,9% de crescimento do PIB, em 2012. Em nenhum país o futuro é brilhante e o capital está desesperançoso. Ao contrário, as perspectivas são sombrias e até os otimistas esperam uma larga crise de muitos anos ou décadas.

A burguesia sabe que diante da gravidade da crise não tem muitas saídas. Como dissemos no Informe Político à Conferência Nacional da Esquerda Marxista, de 29/03/2013: “O resultado desta situação é que se acentua em uma série de países tocados pela crise a desagregação política dos partidos



burgueses e a incapacidade destes de conduzir a política necessária para a sobrevivência do capital. O traço dominante da situação internacional é, por um lado a resistência das massas, e por outro a divisão da burguesia e a desagregação de suas formações políticas.” O resultado desta situação é maior submissão ao capital por parte dos dirigentes operários e maior violência, em todos os sentidos, por parte da burguesia...

A crise internacional avança também no Brasil e os ataques aqui também se multiplicam. O governo Dilma é um governo de “austeridade”, ou seja, de cortes nos orçamentos sociais e de ataques contra os Serviços Públicos, de privatização das estatais e de entrega das riquezas naturais, assim como de ofensiva contra as conquistas dos trabalhadores.

Isso vai incrementar a luta de classes e por em movimento cada vez mais trabalhadores e jovens. É uma nova situação que se aproxima e que vai exigir muito mais ação militante e disposição de combate. Aos marxistas cabe a tarefa de construir a organização bolchevique explicando a cada etapa da luta, de maneira adequada e apropriada que não há saída positiva para as aspirações populares nos marcos do capitalismo, ao mesmo tempo em que participa e organiza as lutas. É preciso preparar a Esquerda Marxista para isso com os meios políticos e os instrumentos necessários.

...

Nesta situação os marxistas, estão sendo chamados a jogar um papel mais ritmado e atuante do ponto de vista das tarefas e da elaboração, das respostas frente aos acontecimentos. Há uma nova situação se abrindo.

...

Os instrumentos adequados para as nossas necessidades de construção devem ser aqueles que imprimam um ritmo semanal, auxiliem a formação e a coesão política da organização.

...

A Conferência da Esquerda Marxista resolve passar a editar um Boletim semanal que parte da Nota Política Semanal...”.



Violência contra as manifestações nas ruas

Todo o potencial da luta de classes no Brasil ainda não chegou. Mas, a revolta da juventude, primeiro contra o aumento dos ônibus e depois contra a repressão, mostrou toda a sua força nas ruas e o potencial de uma explosão revolucionária. Se a classe operária enquanto tal, com suas organizações, não participou massivamente das manifestações, não há como negar, entretanto, que as manifestações eram tremendamente populares e contava com a simpatia da classe trabalhadora.

A economia brasileira integrada na economia mundial

O problema político existente é derivado diretamente da situação política e social. A crise econômica deflagrada em 2008 não tem nenhuma solução durável à vista. Depois de dois anos de despejar dólar a rodo no mercado, o BC dos EUA anuncia que a festa, infelizmente, está chegando ao fim. O financiamento do complexo aero-espaçial-militar parece que encontra seus limites e o BC tem que colocar um pequeno freio no mercado. Dilma e Mercadante que puderam posar de “críticos” dos imperialistas ao “aconselhar”

os grandes a deixarem de desvalorizar sua moeda, agora choram porque o dólar valoriza-se a cada dia e a inflação dos EUA é distribuída pelo mundo, inclusive no Brasil. Todas as medidas tomadas para “desenvolver” a produção no Brasil, como as desonerações, se revelam inócuas e o pretendido fortalecimento dos produtos nacionais com a queda do valor do Real encontra os seus verdadeiros freios.

A balança comercial brasileira cai porque depois de anos do fim do monopólio estatal do petróleo e da Petrobras comportar-se não como uma empresa de desenvolvimento nacional, mas como uma “empresa de mercado” leva a uma situação em que não foram construídas as refinarias necessárias e o Brasil tornou-se um grande produtor de petróleo. Que exporta petróleo cru (como exporta minério de ferro e soja) e importa derivados de petróleo! Em outras palavras, o caráter de país atrasado, dependente e dominado pelo imperialismo salta aos olhos.

Na China, a situação não é diferente. Transformada no chão de fábrica do mundo, com milhares de fábricas imensas que são em última análise montadoras, a China começa a fazer

água quando seus produtos encontram um mercado já saturado, o que implica em começar a faltar financiamento para manter as grandes obras, cidades, trens, os grandes conjuntos habitacionais, enfim os meios de manter o crescimento econômico. Tal qual o Brasil, a China conserva as suas “reservas” aplicadas a juros negativos (perde dinheiro) no tesouro dos EUA. Mas, ao mesmo tempo, têm bilhões e bilhões de dólares de dívidas de empresas estatais, províncias e cidades. E este conjunto inteiro, assim que o BC americano faz o seu anúncio, também começa a balançar.

Na verdade, cada movimento que faz o BC americano, o BC Europeu ou o FMI visando “estabilizar” a situação ou a sair de uma situação em que o crédito ameaça desmoronar, leva a crises maiores, com os investidores vivendo períodos de pânico crescente. Até o valor do ouro, reserva última dos mercados, cai bruscamente com a denúncia que o BC americano vendeu “contratos de ouro” a descoberto e que não tem o ouro para entregar!

Para comprovar tal fato, basta ver

>> Continua na próxima página

que o BC alemão solicitou a “devolução” das reservas de ouro alemãs “depositadas” nos EUA desde a segunda guerra mundial (para não dizer confiscadas) e os EUA respondem que devolverão prontamente... Em sete anos!

Até o “ouro” está falsificado e em busca do capital real todos correm para os títulos do tesouro americano (e, em menor medida, para os títulos alemães, ingleses e japoneses). O problema é: até quando? E o Tesouro dos EUA poderá realmente garantir estes valores?

O imperialismo norte-americano está chegando à situação em que Nixon deu um golpe em todo o mundo decretando a inconversibilidade do dólar em ouro, conforme havia sido estabelecido em 1948, em Breton Woods.

Em última análise, o capital é uma relação social, não um dinheiro ou ouro entesourado. O que vale é o movimento de D-M-D, a produção social, a exploração que produz a mais valia, que só pode ser produzida com a sua realização no mercado, com a venda de mercadorias. E é este movimento todo que pode parar a qualquer momento. A queda da produção industrial no Brasil, na Europa, a diminuição do ritmo de crescimento industrial nos EUA e na China não são bons prenúncios para

o mercado mundial. As revoltas que correm o mundo, a persistência da revolução egípcia aumenta ainda a insegurança dos “mercados”, os temores, e a crise no seio da burguesia.

Crise política, divisões na burguesia e uma desastrosa tentativa de retomar a iniciativa

Sem partidos capazes de controlar a situação a burguesia cada vez mais se divide sobre o que fazer. Seus partidos continuam a se desagregar e buscam soluções muitas vezes opostas. Um setor pretende continuar a colaboração com os dirigentes das organizações dos trabalhadores e uma grande coalizão de classe. Outro setor insiste na linha que prefere desencadear ações no sentido de liquidar as organizações de classe, é o setor que busca o caminho do totalitarismo criminalizando as organizações e as lutas dos trabalhadores e da juventude.

Aécio Neves, da oposição de direita e candidato a presidente, anuncia que a queda de popularidade de Dilma é de todos os políticos. Um sentimento de pânico invadiu as cúpulas após as grandes manifestações de junho. E se a burguesia não sabe o que fazer não quer

dizer que esteja disposta a aceitar as manobras que a própria direção do PT tenta fazer. Aliás, a própria direção do PT não sabe exatamente o que fazer e lança-se num caminho que só vai levar à sua própria desmoralização apresentando como “saída” para a crise a “Reforma Política com Constituinte Exclusiva e Plebiscito”. Foi uma tentativa de retomar a iniciativa política que as ruas tinham assumido, apresentando uma orientação para canalizar para as instituições a revolta que colocou milhões nas ruas de todo o Brasil.

Mas, até mesmo essa proposta é imediatamente bombardeada e não resiste 24 horas. Dilma tem que recuar publicamente da proposta de Constituinte Exclusiva para tentar um acordo com a “base aliada” sobre o Plebiscito. Mas, após um primeiro “acordo” com os partidos da base aliada sobre o Plebiscito, logo depois o principal “aliado”, o PMDB, se encarrega de explodir a tentativa adotando a posição de que não é possível aprová-la a tempo de valer para as eleições gerais de 2014. E como presidente da Câmara de Deputados é do PMDB, significa que não será votado a tempo.

Ao mesmo tempo, em pânico com as ruas, Dilma tenta um “Pacto” com

todos os governadores e prefeitos, de todos os partidos, que nada mais é que uma tentativa disfarçada de “União Nacional”, cujo primeiro ponto é manter o arrocho fiscal. Eis o “pacto” proposto:

1- Pacto por responsabilidade fiscal nos governos federal, estaduais e municipais;

2 – Pacto por reforma política, incluindo um plebiscito popular sobre o assunto e a inclusão da corrupção como crime hediondo;

3 – Pacto pela saúde: “importação” de médicos estrangeiros para trabalhar nas zonas interioranas do país;

4 – Pacto no transporte público: para dar um “salto de qualidade no transporte públicos nas grandes cidades”, com mais metrô, VLTs e corredores de ônibus;

5 – Pacto na educação pública: fala em mais recursos para a educação e insiste que é necessário que o Congresso aprove a destinação de 100% dos recursos dos royalties do petróleo para a educação.

Os marxistas sabem bem o que significa esse discurso e não se enganam. Nada será resolvido por estas propostas e por este governo de coalizão com a burguesia. O resultado será apenas aprofundar a atual situação que provocou as imensas manifestações de massa.

Dilma pede “Responsabilidade fiscal e estabilidade. Todos os entes da federação devem se empenhar em manter a inflação e os gastos sob controle”.

Todo mundo sabe o que isso significa “austeridade”. Responsabilidade fiscal é invenção do FMI/Tucanos para atacar os serviços públicos e, assim, poder pagar a Dívida Interna e Externa para o mercado financeiro.

Fala em “Acelerar gastos com saúde”? O que significa no atual sistema onde tudo está sendo privatizado? Aparelhar hospitais para entregá-los aos empresários, através das ditas “Organizações Sociais” e fundações?!

Nem uma palavra sobre reestatizar o que já foi entregue e garantia de Saúde Pública e Gratuita. Continuamos no paraíso dos Planos de Saúde. Ou morrendo no SUS.



Transporte: Mais desoneração de impostos para os empresários. Mais 50 bilhões para “mobilidade urbana” leia-se: melhorar as condições de transporte e exploração do transporte público por tubarões. Nem uma palavra sobre mexer no lucro deles ou retomar o transporte para o Estado.

Educação: Mais dinheiro para educação privada financiada com dinheiro público ou para escolas públicas. Mais dinheiro para os tubarões do ensino, bolsas e financiamentos ou Fim do Vestibular e Vagas para todos?

Na abertura da reunião com governadores e prefeitos, Dilma explica que é o medo das ruas que a move. Ela diz: “É preciso saber escutar as vozes das ruas. É preciso que todos, sem exceção, entendam esses sinais com humildade”. E busca aprofundar a unidade com todos os algozes do povo brasileiro. De fato, as manifestações empurraram o governo para a direita e Dilma prepara o maior pacote de privatizações, em valores, já feito no Brasil, com os leilões do Pré-sal, portos e aeroportos, hidrelétricas, ferrovias, estradas, hospitais, e outros serviços públicos.

O mal estar, a insatisfação, a revolta, a rebelião não são eventuais e não vão ser resolvidas sem uma ruptura

A resposta do governo Lula à crise de 2008 surfou na onda mundial de transformação do crédito em mãos privadas (leia-se bancos e grandes empresas) em crédito público. O governo assumiu as dívidas e, em alguns casos, o comando de grandes companhias que eram “grandes demais para quebrar”. Lula e seus economistas traduziram isso para o Brasil. Montanhas de crédito foram despejadas para as grandes companhias, fusões foram feitas, Eike Batista criou companhias (as empresas X) a partir do nada, “multinacionais” na área de alimentos e bebidas foram “criadas”. E o crédito pessoal, que sempre foi baixo no Brasil, cresceu. Passou de menos de 10% do PIB para quase 50% do PIB. Isto inflou todo o sistema. Mas, em alguma hora,

este crédito tem que ser pago.

A falência anunciada das empresas-X, de Eike Batista, são o maior sintoma da crise. Mas não é só isso. A inadimplência pessoal começa a aumentar e a oferta de novos créditos não consegue decolar. O aumento do dólar, por outro lado, pegou uma série de companhias que tinham feito empréstimos em dólar, a juros mais baratos, no contrapé. A situação que era favorável começa a mudar e as ruas mostraram isso.

Uma compreensão óbvia de que tudo aquilo não era apenas por “20 centavos” tomou conta do país. Afinal, o que detonou a revolta foi uma combinação do reajuste da passagem com a repressão brutal. Mas, o pano de fundo foi a raiva pelo transporte ruim, pela saúde ruim, pela educação ruim, da vida sem perspectivas. Foi isso que apareceu e rugiu nas ruas.

Afinal, todo ano, mais de milhões se inscrevem no ENEM para entrar em uma faculdade pública e menos de 5% têm vaga. Este ano são 7 milhões de inscritos e só 300 mil vão entrar. A revolta rugiu e todos os partidos foram surpreendidos. O PT fugiu das ruas, Lula desapareceu, Dilma que havia autorizado seu ministro da Justiça oferecer ajuda na repressão, só falou depois que as massas impuseram o recuo a todos os governantes. Todos com medo da rebelião. E os anarquistas irresponsáveis do MPL gritavam “sem partido, sem sindicato, sem carro de som, sem organização”. Obviamente, com a ausência e a anuência dos dirigentes das organizações de massa. Isso permitiu as ações de repressão e de calúnia sobre as manifestações.

E após a vitória na questão da tarifa as passeatas, sem direção, sem motivos claros, começam a chegar ao fim. Por outro lado, a revolta existe e continua. Todos os dias noticiam-se mais manifestações. Não se pode, a esta altura, saber até que ponto a revolta no meio operário vai transbordar e transformar o “dia de luta e mobilizações”, de 11 de julho, manifestações ou greves de massa. O fato é que os dirigentes não estão fazendo muita coisa para que o dia de “manifestações, greves e

Atos” realmente aconteça. Afinal, eles continuam apoiando incondicionalmente o governo e sua política. Mas podemos dizer que a luta de classes vai se acirrar.

A questão é “Reforma política ou revolução”?

Sim, a revolta existe e rugiu, a revolta não vai parar e as medidas de Dilma tendem a agudizar a situação. Além disso, a burguesia, com a crise econômica, não pode deixar tudo como está. A votação na Câmara dos Deputados do projeto que termina com a multa sobre o FGTS de 10% no caso de demissões mostra isso. Enquanto Dilma discute a “reforma política” a burguesia age nas “reformas econômicas”.

A burguesia não sabe ainda se aprova o plebiscito de Dilma, se aprova as “reformas políticas” e as submete a um referendo. Todas as correntes do PT, por outro lado, se empenham em explicar que a saída para a situação é a “Reforma Política”, o Plebiscito, etc. Estão enganados. Isso não vai resolver nada. Ao contrário, suas propostas de “financiamento público exclusivo de campanha” e lista fechada só vão piorar as coisas estatizando os partidos, sem resolver nenhuma das reivindicações mais sentidas do povo trabalhador.

Inclusive a ala esquerda do aparato

do PT, a Corrente O Trabalho, apoia a “Reforma Política”, o financiamento público de campanha, assim como apoia a “reforma do judiciário” e outras pérolas reformistas. Para isso, propõe uma Constituinte Soberana que reforme o Estado Burguês, acabe com o superávit fiscal, suspenda os leilões do petróleo e aprove o financiamento público das campanhas. Puro nacionalismo que se move no quadro do Estado Burguês e abandona a luta contra a Dívida Interna e Externa.

Aliás, não só o PT, como o PSOL e o PSTU, aceitam o “financiamento público das campanhas”. Só os marxistas defendem a independência de classe e a sustentação do partido por seus apoiadores e militantes. Só a Esquerda Marxista recusa tanto a propalada “Reforma Política” (que nada mais é que estatizar os partidos através do financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais), como sempre recusaram o dinheiro público do Fundo Partidário para sustentação do partido.

Quem quer “Reformar” o Estado Burguês brasileiro, que mantém intactas as forças da repressão do tempo da Ditadura Militar, assim como mantém ditadores e torturadores impunes e dando ordens, são os que reprimem os jovens e os trabalhadores.

>> Continua na próxima página



Aposentados participam de manifestação no Rio de Janeiro



Manifestação dos trabalhadores cutistas



A Esquerda Marxista no ato das Centrais em PE

São eles ou seus aliados no judiciário que criminalizam os movimentos sociais.

Acreditar que a saída é a “Reforma Política” de Dilma é pura ilusão. Afinal, dinheiro público para financiar as campanhas dos partidos que estão aí e que organizaram este inferno em que se debate a maioria da classe trabalhadora, não é o que vai agradar as ruas. É dinheiro público para “estatizar” os partidos que não teriam mais como se autofinanciar, como um dia orgulhosamente fizemos no PT. E que a Esquerda Marxista continua fazendo.

O argumento é que isso acabaria com a corrupção e a influência do poder econômico nas eleições. Argumentos que só um ingênuo ou um tolo podem levar a sério.

São propostas que não resolvem nada, exceto tentar soltar pressão da panela. E a direita vai combater suas propostas porque tem pavor de qualquer coisa que não consiga controlar diretamente e tem pavor de que o povo resolva levar a coisa a sério e transborde esta Reforma Política e imponha suas reivindicações. A direita tem medo de que o processo se torne incontrolável.

O resultado pode ser um pouco adiado, mas é o fantasma do PSOE, na Espanha, e do Pasok, na Grécia, que a direção do PT e o governo estão criando e alimentando. De partidos majoritários foram transformados em poeira.

Só há saída expulsando do governo todos os capitalistas e começando a governar para a maioria. Só um verdadeiro governo da classe trabalhadora pode resolver os problemas e o mal estar, a dor que levou milhões às ruas e que vai levar muitos milhões mais quando a próxima fagulha incendiar o país. As questões que a Esquerda Marxista coloca são:

1. Quem deseja reformar o atual sistema mantendo toda sua atual estrutura conservadora e capitalista a serviço de uma classe minoritária privilegiada?

2. O que é necessário é uma revolução que estabeleça novas instituições onde a maioria possa realmente se expressar e governar para o bem de todos e ver atendidas suas reivindicações.

O povo está farto do capitalismo, mas seus dirigentes históricos não querem abrir outra saída. Porém, a roda da história é mais forte que os

aparelhos. A revolução se imporá apesar de todos os discursos reformistas porque o que move as massas é sempre sua situação concreta.

Os Marxistas na situação atual

Os marxistas previram a situação que se abriu e se acelera. E tomaram medidas para atuar na situação, com a criação do boletim semanal Foice & Martelo. Esta medida foi muito importante para a nossa atuação durante as mobilizações e será um instrumento essencial para os dias a seguir.

O calor das ruas diminuiu e ainda não podemos ter a certeza se o chamado das direções sindicais será ultrapassado (elas chamaram um dia de manifestação e greves, não foi um dia de greve geral). As próprias direções estão com medo da situação e tentam uma saída com “dias” de mobilização, evitando uma ação mais decisiva, um choque frontal com o governo e com a burguesia.

A tarefa dos marxistas nesta situação é explicar pacientemente o que está acontecendo. A começar pela mediocridade da pauta. No momento em que a inflação acelera, em que a

alta do dólar só vai piorar a situação, que a produção industrial cai, diminui a geração de empregos, faltaram pelo menos dois pontos na pauta:

- Estabilidade no emprego
- Escala móvel de salários (popularizado no Brasil como gatilho salarial)

Além disso, os outros itens da pauta devem ser objeto de discussão nos sindicatos e no movimento estudantil:

- Fim dos leilões do petróleo – justo, mas para que a medida tenha efeito e o petróleo continue a ser explorado, é necessário revogar a lei que quebrou o monopólio estatal do petróleo. Além disso, é necessário que se deixe de pagar a dívida externa e interna, inclusive com os recursos da Petrobras, que impedem novos investimentos, por exemplo, em refinarias.

- Fim do fator previdenciário – e revogação de todas as reformas da previdência, feitas no governo FHC e Lula, com a retomada da discussão da proposta do manifesto de fundação do PT, de aposentadoria integral para todos os trabalhadores.

Estas propostas têm que ser complementadas com a exigência de não pagamento da dívida (interna e externa), de reestatização de tudo que foi privatizado ou concedido (transporte, Vale do Rio Doce, aeroportos, portos, estradas, telefonia, energia, etc.), reforma agrária e estatização do setor financeiro, das empresas de saúde e farmacêuticas.

No dia 11 de julho a Esquerda Marxista participará de todos os atos, greves e manifestações em que puder intervir buscando ampliar a convocatória e levantar as reivindicações. Em todos os sindicatos em que a Esquerda Marxista atua lutaremos para que se realize greve da categoria neste dia e manifestações com a base nas ruas. É com esta disposição militante que participaremos em todas as atividades do dia 11/07/2013, com uma faixa central assinada pela Esquerda Marxista (Logo) que diz: Público, Gratuito e Para Todos! Transporte, Saúde, Educação! Fora os ministros capitalistas!

06 e 07 de julho de 2013

Da Constituição de 1988 a “Reforma Política”: 25 anos de ataques a democracia

Esquerda Marxista

Em 5 de outubro de 1988 foi promulgada a Constituição Federal do Brasil. Após 24 anos de ditadura militar, o povo impunha uma série de conquistas democráticas. Apesar de seus avanços, o PT votou contra o texto integral da Constituição e tinha motivos para tal. Entretanto, chegando aos 25 anos de sua promulgação, muito do que foi conquistado foi retirado e outras partes desfiguradas. Em termos gerais, dois movimentos aconteceram:

1 – Privatização dos Serviços Públicos e das Estatais, que continua em pleno vapor.

2 – Estatização, controle do estado, dos órgãos que deveriam ser independentes – Partidos e Sindicatos.

Em outras palavras, nestes 25 anos as poucas conquistas foram sendo retiradas e o Estado tornando-se cada vez mais totalitário. Este artigo faz um balanço disso e apresenta algumas sugestões para um debate do que seria uma verdadeira reforma política que sirva aos interesses da classe trabalhadora.

Constituição 88 – avanços e recuos

Lula e Paim, então deputados constituintes, os dois tendo origem na categoria metalúrgica explicaram a votação do PT (relato do site www.agenciasindical.com.br/Historia-Sindical/HistoriaSindical%20PT%20Constitui%C3%A7ao.html):

Dia 23 de setembro de 1988, ou seja, a 12 dias da promulgação da Constituição-cidadã, Lula fez um longo discurso e disse: “O partido vota contra o texto, e amanhã, por decisão do nosso diretório – decisão majoritária – assinará a Constituição, porque entende que é o cum-

primento formal da sua participação nessa Constituinte”.

O então deputado Paulo Paim (metalúrgico também), afirmou: “O PT não pode votar a favor de um texto que é contra a reforma agrária, dá cinco anos para o presidente Sarney e mantém íntegra a estrutura militar. O PT assina a Carta porque reconhece os avanços, principalmente nos direitos dos trabalhadores”.

No Diretório Nacional do PT a ala esquerda propunha que o PT votasse contra e não assinasse a Constituição. Ainda assim, a decisão de votar contra foi positiva e denunciava o texto. Paim só não citou como uma questão importante a permanência do imposto sindical, que é um dos pilares do estado burguês corporativo e a manutenção da unicidade sindical (exigência de um só sindicato por categoria profissional e por localidade) que mantinha de pé esta estrutura.

Ressalte-se que a constituição começa, no seu artigo 1º explicando que o Brasil fundamenta-se nos “valores sociais do trabalho e na livre iniciativa”, ou seja, na exploração capitalista do trabalho, que promove o “valor social do trabalho” e através da livre iniciativa garante os lucros daí resultantes para empresas e empresários. Este fundamento é reforçado no art. 170 sobre a ordem econômica, onde é estabelecido claramente o princípio da propriedade privada como esteio da ordem econômica.

Podemos citar também que apesar do direito de greve ter sido reconhecido pela Constituição para os servidores o direito de negociação coletiva não o foi. E a manutenção da estrutura sindical impedia na prática a existência legal de Centrais Sindicais com poder de negociação e assinatura de contratos coletivos. Sim, existiram avanços, mas os problemas existentes mostraram que o voto contra a Constituição de 88 do

PT, ao contrário de todos os que hoje procuram negar o seu passado, foi positivo e correto.

A Constituição não revogou as leis promulgadas pela Ditadura Militar. Assim, a Lei de Segurança Nacional vale até hoje! Aliás, presume-se no direito que todo cidadão conhece todas as leis. Mas o Brasil possui 17 códigos - Leis gerais sobre um determinado assunto , 132 Leis Complementares - que complementam a Constituição e são previstas por esta e 12.836 Leis Ordinárias! Ou seja, para o cidadão comum, a legislação é um cipal incompreensível e totalmente impossível de ser conhecido. Dizer que isto é “democrático” é forçar a barra.

O principal instrumento que paira sobre a cabeça da população é a instituição do “estado de defesa” para “restabelecer” a “ordem pública e a paz social” (art. 136, CF), instrumento que garante ao executivo convocar as Forças Armadas a intervir para garantir a ordem que ele achar necessária. Em suma, permite que se chame o exército contra o povo. Isto é reforçado no art. 142 que es-

tabelece “As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem” (grifo nosso). Uma decisão do STF, órgão que ninguém elegeu, pode solicitar que as Forças Armadas destituam o Executivo e o Legislativo. Mais claro impossível.

A Constituição Federal também “regulamenta” os partidos políticos e os sindicatos, estabelecendo normas para o funcionamento de um e de outro. Isto é contra a democracia, já que tanto um como outros são entidades privadas, nas quais não deveria ingerir o poder público. O resultado disso é que temos uma série de normas e regulamentos (existe uma lei para disciplinar como devem funcionar os partidos políticos) e os sindicatos dependem do imposto

>> Continua na próxima página



Congresso comemora a aprovação da Constituinte



Greve Geral de 1988: exército ocupa a CSN, seis trabalhadores assassinados

sentadoria dos servidores (medidas implantadas no governo Dilma); foi introduzido para os servidores o conceito de idade mínima para aposentadoria (a famosa fórmula 95) que hoje se tenta ampliar para os demais trabalhadores.

Duas medidas também foram ataques aos servidores, a relativização do conceito de isonomia salarial – é uma das discussões que entram na questão da terceirização, salário igual para função igual – e a desvinculação do reajuste de servidores civis e militares.

Por último, todo o capítulo referente à fiscalização e obrigações das instituições financeiras foi simplesmente retirado!

Comparando-se, os únicos direitos que foram incluídos, foram os direitos dos trabalhadores domésticos – sendo que sua regulamentação pode levar a não implementação das medidas votadas, o aumento da idade de proibição de trabalho de 14 para 16 anos e o que iguala o prazo prescricional de processos trabalhistas dos trabalhadores rurais aos urbanos.

Reforma Política

As propostas de Reforma Política hoje apresentadas pelo PT são um retrocesso ao que existe. As propostas principais são o fim dos suplentes de senadores, o financiamento público das campanhas eleitorais e as “listas fechadas” de votação para deputados e vereadores.

Ressalte-se que a CF e a lei que regulamenta a existência de partidos é um dos instrumentos antidemocráticos existentes. Enquanto que a CF foi modificada para desregular o que tinha sido regulamentado, para retirar direitos, para acabar com conceitos como o de empresa nacional, para acabar com monopólios estatais e para privatizar empresas e serviços públicos, as leis que foram aprovadas vieram para impedir a ação independente de sindicatos e dos partidos. A Lei de greve, a decisão do STF que iguala os servidores a trabalhadores

de serviços essenciais para efeito de greve, a lei dos partidos políticos (que ainda é a lei de 1965 feita pela ditadura militar), tudo isso são leis contrárias à democracia.

Por iniciativa do governo Lula, foram “reconhecidas” as Centrais Sindicais. Mas este “reconhecimento” foi de fachada, já que as Centrais continuam sem o direito de negociação coletiva e de assinar acordos e contratos coletivos. A única coisa que mudou foi o aumento do controle estatal sobre as centrais, ao estabelecer que uma parcela do imposto sindical seja distribuída para estas centrais. Ou seja, exatamente contra aquilo que previa o programa original do PT, de fim do imposto sindical.

Mais ainda, a proposta de lei que existe para substituir a Lei de Segurança Nacional (LSN) da ditadura militar visa adequar a legislação nacional ao conceito de “guerra permanente contra o terror” feita nos EUA e consegue igualar a terrorismo ações como as manifestações de massa que foram realizadas durante o mês de junho de 2013. Sim, a CF está sendo modificada para retirar direitos e está sendo regulamentada para impedir a livre manifestação e organização.

A Fundação Perseu Abramo do PT promoveu uma pesquisa sobre a Reforma Política. Perguntado livremente o que o povo queria com a Reforma Política, o item mais votado foi “diminuir o salário dos políticos”, depois melhorias na saúde e em terceiro lugar melhoria na educação! Sim, o povo sabe o que quer, ainda que esteja bombardeado pela imprensa e pelo próprio PT com propostas reacionárias.

Na pesquisa, a maioria colocou-se contra o voto distrital, contra o sistema de listas fechadas para votação de deputado, contra o financiamento de partidos e campanhas por empresas e contra o financiamento estatal de eleições.

Bastante sábio o povo brasileiro. Nós nos colocamos ao lado do povo, contra estas propostas reacionárias. Partidos e sindicatos não podem e não devem depender do Estado para funcionar. A CF devia simplesmente

estabelecer “é livre o funcionamento de partidos e sindicatos, proibido o financiamento estatal ou por empresas”. O resto, cada partido e cada sindicato decide como funcionar, como ser financiado, através da contribuição individual de seus membros (filiações).

Por outro lado, algumas propostas de reforma política que aumentam a democracia podem e devem ser colocadas e, acreditamos, caso fossem colocadas em votação a maioria do povo votaria a favor:

A) Diminuição do custo do Estado

- O salário de presidentes, governadores, prefeitos, deputados e ve-

readores é igualado ao valor que recebe um operário especializado, por exemplo, limitado ao teto da aposentadoria do INSS ou a 10 Salários Mínimos, o que for menor;

- Fim de todas as regalias, passagens, carros, telefones, verbas para “representação”, “assessorias”, publicações e outras;

- Cada deputado e vereador teria no máximo 2 ou 3 assessores, com remuneração no máximo igual a do deputado ou vereador;

- Político não é profissão, fim das aposentadorias de deputados, senadores, prefeitos, governadores, presidentes;

- Fim de todas as mordomias para ex-presidentes, ex-governadores e ex-prefeitos (carros, segurança, apo-

sentadorias especiais, verbas, etc.);

- Redução drástica dos servidores dos legislativos, limitados poucos assessores visando o funcionamento das mesas diretoras (3 ou 4); transferência de todos os servidores para órgãos públicos necessitados de servidores;

- Fim dos tribunais de contas (TCU, TCE e TCM) que são verdadeiros cabides de emprego para políticos em fim de carreira; transferência de todos os funcionários destes órgãos para órgãos do serviço público necessitados de servidores. Que o legislativo cumpra o seu papel e ele mesmo fiscalize as contas do Executivo.

B) Um cidadão, Um voto.

- Fim do Senado Federal, onde um estado com poucos habitantes elege 3 senadores igual a um estado com muitos habitantes;

- Cada eleitor um voto; o número de deputados de cada estado é proporcional ao total de votantes (isso diminui o número de deputados de estados com poucos eleitores e aumenta o número de deputados de estados mais populosos);

- Regras que permitam a revogação do mandato de um político eleito que não cumpra o prometido (por exemplo, 30% dos eleitores podem pedir a revogação de mandato, via plebiscito, de um prefeito, governador ou presidente; cada eleitor recebe por ocasião da votação um comprovante do deputado que votou e 30% dos eleitores de um determinado deputado podem pedir a revogação do mandato deste deputado; no caso do Executivo, o povo inteiro vota para saber se revoga ou não este mandato; no caso de deputado, é necessária a comprovação do voto nele para poder votar pela revogação do mandato);

- Eleição dos tribunais superiores diretamente pelo povo, acabando com as indicações políticas.

C) Financiamento de partidos e candidatos

- Partido é instituição privada, formada por cidadãos privados, que devem arcar com todo o seu financiamento, inclusive dos candidatos;

- Os trabalhadores podem e devem se organizar para concorrer contra o capital privado; fim da proibição de que sindicato de trabalhadores possa fundar e financiar partidos e candidatos;

- Proibição de financiamento dos partidos e candidatos por empresas privadas e por qualquer tipo de órgão público, empresa estatal ou fundação;

- Fim do fundo partidário formado por verbas públicas, contra qualquer financiamento de partidos ou candidatos por empresas;

- Revogação da lei que regulamenta os partidos; qualquer cidadão a qualquer época pode criar e manter o partido que quiser, sem financiamento estatal ou de empresas;

- Propaganda partidária em rádio e TV na época das eleições distribuída igual entre todos os partidos e candidatos.

1. <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-1/codigos-1#content>. Foge ao escopo deste artigo explicar o que são os códigos e a sua história. Ressalte-se apenas que o código eleitoral vigente é de 1965, editado pela ditadura militar.

2. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19096.htm - Lei que regulamenta os partidos políticos.

3. Ver artigo de Serge Goulart, sobre a origem e o desenvolvimento do PT, <http://marxismo.org.br/?q=content/sobre-origem-e-o-desenvolvimento-do-pt>

4. Ver a lista completa destas emendas, com um curto comentário em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/quadro_emc.htm e http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/ECR/quadro_ecr.htm. Como um grande número delas diz apenas “revoga-se” um parágrafo ou inciso, torna-se necessário ler a emenda e, as vezes, a Constituição original para entender o que foi retirado ou modificado.



De 1983 a 2012, Lula no Sindicatos dos Metalúrgicos e agora ao lado de Maluf



O SUS precisa ser realmente único!

O SUS (Sistema Único de Saúde) foi criado pela Lei 8.080 de 1990. Hoje, passados 13 anos, quando os manifestantes saíram às ruas, um dos gritos era por “saúde padrão FIFA”. Em outras palavras, queremos saúde de qualidade.

Se olharmos na internet os dados e panfletos do governo federal, estados e municípios, tudo vai às mil maravilhas. Diminuíram os leitos hospitalares porque aumentou a atenção básica e a eficiência, os atendimentos estão melhores, diminuíram os leitos psiquiátricos porque temos um melhor atendimento ambulatorial e não vamos ter mais manicômios, enfim, o povo todo está feliz. Mas as ruas gritam e o governo decide por um novo plano.

Engraçado. Toda a propaganda diz que vai tudo bem e agora teremos um novo plano. Mais médicos para o interior. O interior é que é o problema, faltam médicos lá. Se os médicos da capital não aceitarem ir pra lá, contrataremos médicos no estrangeiro que saibam falar português. Tudo muito bem. Mas, eu estou com uma pequena pulga atrás da orelha: o pessoal que estava reclamando da saúde pública, ao que me parece, era das capitais. Também está faltando médicos na capital? O problema são os médicos? O problema é a “interiorização” da saúde como o plano Mais Médicos? Apresento aqui algumas considerações básicas que acredito qualquer um, inclusive sem formação na área médica, pode constatar.

1 – Saúde pública, prevenção e privatização

A saúde no Brasil e o SUS são regulados pela Lei 8.080. Ela dispõe no seu art. 2º:

“A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

§ 1º O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e



Caos no atendimento público nos hospitais

sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

§ 2º O dever do Estado não exclui o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade.

Art. 3º A saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País.”

Como vemos, na Lei a saúde é um direito fundamental nosso. E que é dever do Estado sem excluir os deveres das pessoas, da família, das empresas e da sociedade. O que quer dizer

isso? Em termos muito práticos, quer dizer que nós, pessoas, pagamos pela alimentação, moradia, saneamento básico (quando ele é feito), transporte, lazer... e ainda, em termos gerais, pagamos por 56% dos atendimentos médicos, planos de saúde, hospitais, etc. Ou seja, o “dever” do Estado resume-se a organizar todas estas “necessidades” pelas quais temos que pagar, inclusive duplamente. Por que duplamente?

Porque todos pagam impostos. E os pobres pagam mais impostos que os ricos, a maior parte da renda dos mais pobres é usada em bens de consumo e como os impostos sobre venda e faturamento constituem a maior parte no Brasil, esta é a parcela que mais paga impostos – todos os 99% da população que não são milionários. E desses impostos é que sai o financiamento da saúde. Então, pagamos a

saúde pública na forma de impostos e pagamos os planos de saúde, a conta da farmácia, os exames que o SUS não faz ou que são muito demorados no Sistema, os médicos melhores, etc.

E os ricos, o 1% de milionários? Estes não pagam os impostos, portanto não ajudam a financiar o SUS. E também raramente o usam. Somente quando têm que pagar um procedimento muito complexo, aí pagam um advogado caro que processa o SUS e consegue um tratamento nos EUA. E quem pagou a conta do rico? Os pobres pagaram.

Some-se a isto o fato da privatização avançar a todo pano, financiada pelo dinheiro do Estado. O programa Mais Médicos prevê 11.000 vagas a mais em cursos de medicina (hoje temos aproximadamente 16.500 médicos sendo formados por ano, vamos ter um aumento de mais de 65%



no número de vagas). A maioria formada em universidades públicas. O programa prevê mais 3.000 vagas em universidades públicas e, portanto, quase 8.000 vagas em universidades privadas! Além disso, há um pequeno e chamativo detalhe: isso só vai valer para os estudantes que entrarem em 2015! Não vale para os que estão lá hoje. Portanto, os primeiros médicos incluídos neste programa serão formados em 2021, muito depois de Dilma ter terminado o seu primeiro mandato e um possível segundo mandato (se for reeleita). Grande plano, que não resolve nada agora.

E como serão criadas estas vagas? Com os remédios de sempre: financiamento público para universidades privadas de medicina, cujos cursos são caríssimos! Em outras palavras, o que temos é uma situação no qual o nosso dinheiro, o dinheiro dos trabalhadores e dos pobres, é usado para financiar cursos privados ao invés de universidades públicas.

Lembremos que a situação não é só dos cursos privados de medicina. Temos todo um projeto em curso de privatização das águas, da coleta de lixo e do saneamento básico. Em outras palavras, há uma perspectiva de que a saúde, no conceito amplo explicado pela Lei, seja majoritariamente privada.

2 – Saneamento básico e prevenção

Em 1950, o mosquito da febre amarela foi extinto nas áreas urbanas do País. Hoje, a dengue, causada pelo mesmo mosquito volta com força total e ouvimos todo ano a lenga-lenga sobre o combate à proliferação do mosquito, mas a doença continua. Qual o problema real? Por que não podemos avançar?

A questão central já estava estabelecida na própria Lei 8.080, quando especificou a participação do setor privado no SUS e também a “ênfase na descentralização para os municípios”. O resultado disso foi uma política que retira do governo federal toda ação visando organizar a prevenção e o atendimento a saúde e o torna um grande “financiador” do sistema. Decorre daí que as reivindicações dos movimentos deixam as questões práticas, por não terem como pedir ao governo federal, e se tornam pedidos de “mais verbas” (ocorre coisa semelhante na educação). Em outras palavras, qual reivindicação centralizada pode se fazer num sistema desses, a não ser por mais verbas?

A única saída possível é o questionamento do sistema. Afinal, como pode ser “único” um sistema que é

descentralizado por municípios? E que o financiamento depende dos resultados? O governo federal explica, inocentemente, em um dos seus sites, que as unidades de saúde que têm melhor desempenho recebem mais verbas no ano seguinte. Quer dizer, se você vai mal, piora ainda mais ao receber menos verbas. Grande modelo de financiamento, que premia o melhor gerente e que deixa a população no lixo. Este tipo de modelo pode funcionar muito bem, premiando o gerente que melhor vende, mas o problema da saúde não é saber quem é o melhor “gerente”, mas, sim, como fazer para que unidades com problemas tenham mais pessoal, pessoal mais qualificado e mais verbas!

E, agora que o sistema é questionado de forma geral, o governo responde com a necessidade de interiorização dos médicos, inclusive contratando médicos estrangeiros. A carta pungente de uma médica do Rio explica o problema não nas “localidades afastadas” e sim no centro do país:

Escrito por Juliana Mynssen da Fonseca Cardoso - Cirurgiã geral no Hospital Estadual Azevedo Lima, no Rio de Janeiro (CRM-RJ 822370)

Há alguns meses eu fiz um plantão em que chorei. Não contei a ninguém (não é nada fácil compartilhar isso numa mídia social). Eu, cirurgiã-geral, “do trauma”, médica “chatinha”, preceptora “bruxa”, que carrego no carro o manual da equipe militar cirúrgica americana que atendia no Afeganistão, chorei.

Na frente da sala da sutura tinha um paciente idoso internado. Numa cadeira. Com o soro pendurado na parede num prego similar aos que prendemos plantas (diga-se: samambaias). Ao seu lado, seu filho. Bem vestido. Com fala pausada, calmo e educado. Como eu. Como nós. Como nós. Perguntava pela possibilidade de internação do seu pai numa maca, que estava há mais de um dia na cadeira. Ia desmaiar. Esperou, esperou, e toda vez que abria a portinha da sutura ele

estava lá. Esperando. Como eu. Como você. Como nós. Teve um momento que ele desmoronou. Se ajoelhou no chão, começou a chorar, olhou para mim e disse “não é para mim, é para o meu pai, uma maca”. Como eu faria. Como você. Como nós.

Pensei “meu deus do céu, com todos que passam aqui, justo eu... Nãooooo... Porque se chorar eu choro, se falar do seu pai eu choro, se me der um desafio vou brigar com cinco até tirá-lo daqui”.

E saí, chorei, voltei, briguei e o coloquei numa maca retirada da ala feminina.

Já levei meu pai para fazer exame no meu HU. O endoscopista quando soube que era meu pai, disse “por que não me falou, levava no privado, Juliana!” Não precisamos, acredito nas pessoas que trabalham comigo. Que me ensinaram e ainda ensinam. Confio. Meu irmão precisou e o levei lá. Todos os nossos médicos são de hospitais públicos que conhecemos, e, se não os usamos mais, é porque as instituições públicas carecem. Carecem e padecem de leitos, aparelhos, materiais e medicamentos.

Uma vez fiz um risco cirúrgico e colhi sangue no meu hospital universitário. No consultório de um professor ele me pergunta: “E você confia?”.

“Se confio para os meus pacientes tenho que confiar para mim.”

Eu pratico a medicina. Ela pisa em mim alguns dias, me machuca, tira o sono, dá rugas, lágrimas, mas eu ainda acredito na medicina. Faz-me melhor. Aprendo, cresço, me torna humana. Se tenho dívidas, pago-as assim. Faço porque acredito.

Nesses últimos dias de protestos nas ruas e nas mídias brigamos por um país melhor. Menos corrupto. Transparente. Menos populista. Com mais qualidade. Com mais macas. Com hospitais melhores, mais equipamentos e que não faltem medicamentos. Um SUS melhor.

Briguei pelo filho do paciente ajoelhado. Por todos os meus pacientes. Por mim. Por você. Por nós. O SUS é nosso.

>> Continua na próxima página



Luxo e imponência nos hospitais particulares



Não tenho palavras para descrever o que penso da “Presidenta” Dilma. (Uma figura que se proclama “a presidenta” já não merece minha atenção).

Mas hoje, por mim, por você, pelo meu paciente na cadeira, eu a ouvi.

Ouvi-a dizendo que escutou “o povo democrático brasileiro”. Que escutou que queremos educação, saúde e segurança de qualidades. “Qualidade”... ela disse.

E disse que importará médicos para melhorar a saúde do Brasil...

Para melhorar a qualidade...?

Senhora “Presidenta”, eu sou uma médica de qualidade. Meus pais são médicos de qualidade. Meus professores são médicos de qualidade. Meus amigos de faculdade. Meus colegas de plantão. O médico brasileiro é de qualidade.

Os seus hospitais é que não são. O seu SUS é que não tem qualidade. O seu governo é que não tem qualidade.

O dia em que a Senhora “Presidenta” abrir uma ficha numa UPA, for internada num Hospital Estadual, pegar um remédio na fila do SUS e falar que isso é de qualidade, aí conversaremos.

Não cuspa na minha cara, não pise no meu diploma. Não me culpe da sua incompetência.

Somos quase 400 mil, não nos ofenda. Estou amanhã de plantão, abra uma ficha, eu te atendo. Não demora, não.

Não faltam médicos, mas não garanto que tenha onde sentar. Afinal, a cadeira é prioridade dos internados.

Hoje, eu chorei de novo.”

Um diagnóstico que mostra os problemas aqui no centro do País. Se esta é a imagem do Rio de Janeiro, como funcionam os postos aonde Dilma diz que precisamos de médicos? Não por acaso as associações médicas e sindicatos têm alertado que o problema não é a “falta de médicos”. Aliás, a carta da médica não reclama da “importação dos médicos”, mas da crítica da Presidente à “qualidade dos médicos atuais”. Infelizmente, como estão presos à discussão viciada que a Lei 8.080 impõe, eles não têm uma solução real. Colocam-se contra o projeto de Dilma de “mais médicos”,



Na rua, a população espera atendimento em Posto de Saúde

sem criticar alguns pontos centrais do projeto e não apresentam uma solução final, embora toquem na necessidade da carreira médica. É preciso algo mais que disso.

Algumas propostas emergenciais e de médio prazo

Nós, comunistas, entendemos que garantir uma saúde com a perspectiva dada na lei 8.080, abrangendo a totalidade do ser humano, exige uma mudança radical na sociedade, com a implantação do socialismo. Entretanto, poderíamos tomar medidas emergenciais que abrandariam a situação atual. Estas medidas vão na contramão daquilo que o governo quer que é de aumentar a privatização na área de saúde.

Medidas emergenciais:

- Credenciar todas as clínicas, hospitais e médicos que atendem aos planos de saúde e permitir que todo mundo que tenha cartão SUS seja atendido por essas clínicas com o mesmo preço médio pago pelos planos de saúde; interromper todas as medidas de favorecimento dos planos de saúde em estudo na ANS e no governo;

- Interromper os planos de privatização dos sistemas de água e esgoto;

- Criar um plano de carreiras, nacional, para médicos e todo pessoal da área de saúde, com dedicação exclusiva, critérios para plantões noturnos e finais de semana, transferindo todos os que aceitarem e que hoje são contratados por municípios, estados e Organizações Sociais;

- Recriar a FUNASA, recontratar os mata-mosquitos, contratar novos, recriar um sistema nacional de combate a endemias e epidemias;

- Revogar a MP que cria as Organizações Sociais na área de saúde;

- Concurso para preencher vagas em locais específicos, como é feito na Receita Federal e outros órgãos públicos para as carreiras criadas;

- Modificação no sistema de atendimento emergencial; é um escândalo que as pessoas sejam jogadas de um local para outro sem atendimento; é um escândalo que uma criança demore em ser atendida emergencialmente três dias em São Paulo; é um escândalo que um Ministro de Estado morra porque não é atendido em três hospitais por não terem convênio com o seu plano de saúde; se isto acontece com um Ministro, como fica o resto do povo?

Em médio prazo:

- Estatizar (federalizar) todos os

laboratórios, hospitais, universidades e faculdades da área médica e da saúde, sem indenização (saúde não é pra ter lucro, é pra cuidar do ser humano);

- Criar um plano de obras públicas para, no prazo máximo de quatro anos, ter água tratada e esgoto em todas as residências do país, a começar pelas capitais, urbanizando todas as favelas e comunidades;

- Direcionar os estudos para prevenção de doenças como malária, esquistossomose e outras que atingem a população mais pobre, com ações de prevenção e cuidado;

- Plano de construção nacional de hospitais de referência e de centros de atendimento;

- Implantação de um sistema de exames periódicos para toda população, para tratar doenças no seu início e evitar internações. Hoje, um checkup completo pode ser feito em quatro horas, em clínicas especializadas! Isto pode e deve ser estendido para toda a população;

Claro, dirão, isso custa muito dinheiro. Sim, mas é mais barato que as vidas perdidas e pode muito bem ser descontado do pagamento feito aos banqueiros e “investidores” a título de juros da dívida interna e externa. O país agradecerá penhoradamente.



O desmonte da educação pública e o financiamento público às escolas privadas*

Adilson Mariano

Estou vereador em Joinville, Santa Catarina, desde 2001. Como profissão, sou formado em História, e trabalhador da educação na rede estadual de ensino. Embora esteja afastado, através de licença sem remuneração para exercer o mandato parlamentar, tenho acompanhado cotidianamente o processo contínuo de destruição da educação pública que vem sendo implantado pelos governos em todos os níveis, através da destinação de recursos públicos diretos e indiretos para as escolas privadas.

Para uma melhor compreensão, desse processo de destruição da escola pública e prioridade do financiamento público para as escolas privadas, precisamos compreender a estrutura e evolução do Estado brasileiro, das suas políticas mais gerais e da organização e da política educacional. O Estado brasileiro, como todo Estado capitalista, é estruturalmente

privatista, pois sua constituição e funcionamento estão a serviço dos interesses econômicos, políticos e sociais mais gerais da burguesia e também os mais específicos do capital financeiro.

Diante da crise do Sistema Capitalista que se aprofunda cada vez mais, aumenta a pressão da burguesia para que os governos avancem sobre os direitos sociais conquistados com muita luta e organização pela classe trabalhadora e a juventude.

O capitalismo em crise busca submeter à lógica do mercado todos os setores estatais com potencial mercantilizável. Além disso, procura absorver todos os recursos públicos possíveis para o pagamento dos juros e encargos da dívida pública garantindo assim os interesses estratégicos do capital, que tenta atenuar as turbulências do sistema, que no atual estágio são constantes.

Para entender isso é preciso começar analisando para onde vão as riquezas produzidas coletivamente pelo povo trabalhador desse país.

O gráfico abaixo que apresenta o orçamento da União, é esclarecedor e demonstra de forma clara a serviço de quem estão os governos e o Estado brasileiro.

Em 2012, a União destinou 43,98% dos recursos arrecadados

para pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida pública. Ou seja, quem tem a prioridade nos investimentos não é a maioria da população trabalhadora e jovem desse país. Para a burguesia e os governantes a seu serviço a prioridade zero é garantir o pagamento do capital financeiro, dos bancos e demais corporações multinacionais. Garantir o pagamento dos juros e encargos da dívida interna e externa, além da destinação cada vez

maior de recursos públicos para a iniciativa privada.

Logo, a política de abandono e destruição dos serviços públicos não é obra do acaso. É uma política pensada e planejada pelo Estado Capitalista e os políticos a seu serviço. A ordem é destruir, precarizar os serviços públicos a qualquer custo para apresentar como solução milagrosa, as políticas de privatização, direta ou indireta de todos os serviços públicos conquistados ao longo da história do movimento operário nacional e internacional.

Exemplos dessa ofensiva cada vez maior do capitalismo em crise sobre os serviços públicos através da política de privatização desses serviços estão explícitas na Constituição, na Lei de Diretrizes de Base da educação, no Plano Nacional de Educação e consequentemente nos organismos estatais, como o Conselho Nacional de Educação (CNE) e nos Conselhos Estaduais de Educação, cujo controle privado, aliado tanto às políticas de não aumento real do gasto nas escolas estatais, quanto aos mecanismos diretos e indiretos de financiamento público às escolas privadas, tem possibilitado a grande expansão do ensino privado, sobretudo das instituições de ensino superior (IES) desde o final dos anos 60.

Uma prova de que a legislação é construída para garantir o interesse privado é o Plano Nacional de Educação (PNE) que embora proponha a universalização e am-

“As várias fontes diretas e, sobretudo indiretas (principalmente as isenções fiscais e previdenciárias) de recursos públicos para as escolas privadas somam hoje bilhões de reais por ano e reduzem, indiretamente, as despesas delas”



Escola particular da rede Objetivo

>> Continua na próxima página

pliação do acesso e atendimento em todos os níveis educacionais, aponta como mecanismo para isso a expansão da oferta de matrícula gratuita em entidades privadas de ensino. Ou seja, as legislações construídas propõem cada vez mais que recursos públicos sejam destinados à iniciativa privada. O dinheiro que dizem não existir para manter e ampliar os serviços públicos aparece de maneira mágica quando é para serem destinadas às instituições privadas.

Tudo isso demonstra a farsa que é o discurso da qualidade e prioridade para a educação que vem sendo adotadas desde o governo FHC, continuou no governo Lula e continua no governo Dilma. Essa farsa é bem caracterizada por José Giannotti, então conselheiro do CNE e amigo de FHC, que renunciou ao cargo em 1997 alegando a influência indevida dos privatistas no CNE (“Último conselho”, O Globo, 29/8/97) e denunciando a “forte lealdade da crosta dos representantes burocráticos e dos capitalistas da educação”. A promiscuidade entre o público e o privado na educação e nos serviços públicos em geral é revelada pela presença nos conselhos de representantes dos interesses das empresas de ensino privado.

No governo Dilma, muito se tem falado em ampliação dos recursos para a educação. Inclui-se com a suposta destinação de recursos do pré-sal, incluídos os royalties diretamente à educação. No entanto, o que observamos é que as riquezas do pré-sal estão sendo entregues ao interesse privado, a cada novo leilão. Possivelmente o que sobrar, será destinado às instituições privadas.

Toda essa situação torna necessário fazer uma análise mais detalhada dos mecanismos de financiamento público das escolas privadas. Uma tarefa difícil, já que não temos bibliografia e dados confiáveis sobre o tema. São poucas as pesquisas realizadas neste aspecto dos mecanismos de financiamento

das escolas privadas. Muito provavelmente por razões óbvias, pois quem vai financiar e disponibilizar os dados para tal pesquisa?

Entendemos por escolas privadas todas aquelas que não são de propriedade do Poder Estatal (federal, estadual, municipal): tanto as privadas com objetivos declaradamente empresariais (lucrativos) quanto as confessionais, comunitárias e filantrópicas, que alegam não ter fins lucrativos. Consideramos todas elas privadas porque não pertencem ao Poder público e geram lucro, mesmo que este lucro não seja contabilizado oficialmente como tal.

Muitos pensam, equivocadamente, que as mensalidades sejam a única ou principal fonte de sustentação das Instituições de Ensino Privadas (IES). No entanto, embora sejam as fontes mais visíveis de financiamento, concretamente as fontes públicas de financiamento direta ou indireta sempre foram e continuam sendo fundamentais para sua manutenção, e crescimento. Ainda que nem sempre sejam visíveis e facilmente mensuráveis.

Digo isso, porque as várias fon-

tes diretas e, sobretudo indiretas (principalmente as isenções fiscais e previdenciárias) de recursos públicos para as escolas privadas provavelmente somam hoje bilhões de reais por ano e reduzem, indiretamente, as despesas delas, contribuindo significativamente para a sua manutenção e expansão. Sem tais fontes diretas e indiretas, as escolas privadas perderiam uma fatia substancial de seu mercado, pois as mensalidades teriam que ser bem maiores para cobrir os custos e/ou manter a alta taxa de lucratividade do setor.

Mas o que são fontes diretas e indiretas de recursos públicos para as instituições privadas? Começamos pelas fontes indiretas (isenções fiscais e previdenciárias), a meu ver mais importante que as diretas (subsídios, bolsas, subvenções, empréstimos, PROUNI, FIES). Mais importantes pelo seu volume e também porque, não sendo tão visíveis, encobrem uma forma de privatização que raramente têm merecido a atenção dos educadores comprometidos com a defesa da exclusividade das verbas

públicas para escolas públicas.

As isenções fiscais e previdenciárias foram e são a principal fonte indireta há várias décadas. As isenções fiscais estão previstas na CF de 1988, cujo Art. 150 (inciso VI, alínea c) impede a cobrança de imposto sobre “patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.” (BRASIL, 1988).

Além desse privilégio fiscal, as instituições educacionais foram beneficiadas com isenções em vários dispositivos legais nas últimas décadas. É possível, inclusive, que as filantrópicas educacionais tenham sido isentas da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Ainda hoje as instituições educacionais que declarem não ter fins lucrativos e possuem o título de utilidade pública continuam a gozar de isenções de todos os impostos federais, estaduais e municipais, o que provavelmente signifi-



Escola de periferia no Ceará

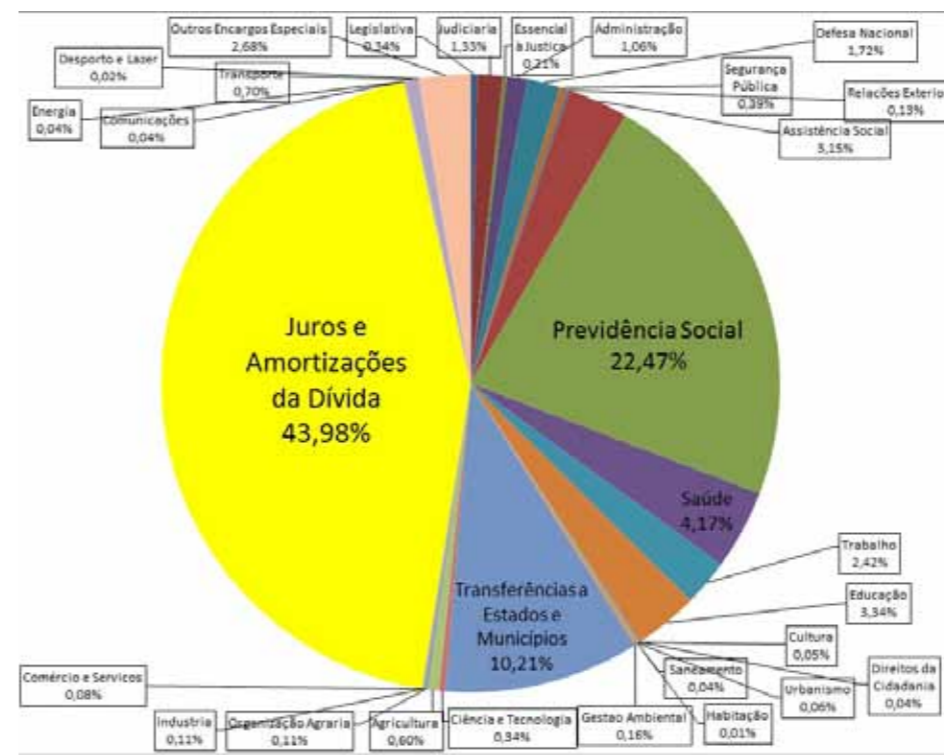


Gráfico do Orçamento da União de 2012 pela Auditoria Cidadã da Dívida

ca uma receita indireta de algumas centenas de milhões (talvez alguns bilhões) de reais por ano.

Cabe ressaltar ainda o mecanismo que permite abater gastos com instrução do imposto de renda devido, que, embora não contribua para o financiamento das escolas privadas, constitui um incentivo importante para o gasto nelas, além de uma redução na arrecadação dos governos.

Outra fonte indireta tem sido a isenção da contribuição previdenciária obtida pelas escolas privadas detentoras do certificado de entidades de fins filantrópicos, concedido pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), órgão do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Com ele, elas deixavam de recolher 20% da cota patronal sobre a folha de pagamento devida ao INSS, que, acrescida aos anexos e COFINS, totalizam uma “economia” de até 30% da folha de pagamento das Instituições. O volume bilionário envolvido nessa isenção explica porque as filantrópicas se mobilizam tanto contra qualquer proposta que vise restringir isenções desse setor.

Outra fonte indireta foi a isenção do salário-educação para todas as instituições de ensino privadas desde 1964, quando ele foi criado pela Lei 4.440. Tal isenção continuou para todas elas até recentemente, quando em agosto de 1996 a MP do salário-educação, a 1518, restringiu a isenção apenas a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, restrição confirmada na lei em que veio a se transformar, a 9.766, de 18/12/98. Essa isenção significava (e significa hoje para as comunitárias, confessionais ou filantrópicas) que elas deixavam e deixam de recolher esta contribuição social de 2,5% sobre o salário de contribuição dos seus empregados para o INSS. Não temos meios de calcular o montante desta isenção hoje, mas é possível que alcance algumas dezenas de milhões de reais por ano. Como a isenção existiu para todas as privadas desde 1964, representou (e representa ainda) um financiamento indireto às IES privadas que talvez tenha alcançado centenas de milhões (ou talvez mais de um bilhão) de reais em valores atualizados.

Além das subvenções (dinheiro a fundo perdido), as escolas priva-

das se beneficiaram e continuam se beneficiando legalmente de repasse de recursos públicos para bolsas de estudo ou financiamento. Exemplo disso é o PROUNI – Programa Universidade para Todos. Que foi regulamentado pela Medida Provisória nº 213/2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, de 13.01.05. E o FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior), através da MP 1827, em 27/5/99, reeditada 25 vezes até se transformar na Lei 10.260, em 12/7/2001. Vale lembrar que antes do FIES o instrumento legal que canalizava recursos públicos para as IES privadas era o Crédito Educativo extinto em 1999, quando foi substituído pelo FIES. O objetivo de tais programas sem contar os existentes nos estados e municípios é conceder bolsas de estudos integrais e parciais destinadas aos alunos das classes populares que queiram estudar em IES privadas.

O absurdo sobre o antigo Crédito Educativo, o atual Fies e o PROUNI é que entidades e partidos com discurso de defesa do ensino público passaram a defender tais programas com o argumento de que estudantes carentes devem ser ajudados porque são forçados a estudar em escola particular pela omissão do governo. Uma adaptação inaceitável, uma vez que abandonam a bandeira de que dinheiro público, só para escola pública.

Além de tudo isso, existe também os empréstimos de dinheiro público a juros bastante favoráveis (que nenhum cidadão comum consegue em banco comercial) que têm sido outra fonte das IES privadas.

Os elementos acima permitem as seguintes conclusões. Uma é que as escolas privadas (sobretudo as Instituições de Ensino Superior) se expandiram e se expandem não só porque existe uma demanda pelo ensino superior, mas sobretudo porque os governos de forma pensada abandonam as escolas públicas privilegiando a ampliação dos investimentos para as IES privadas.

O apoio oficial às escolas privadas tem se concretizado não só por essa omissão, como também pelo financiamento público direto e indireto a elas, com a isenção de impostos, da contribuição previdenciária, do salário-educação, da concessão de subvenções, bolsas de estudo, empréstimos subsidiados, PROUNI, FIES, ao longo das últimas décadas.

Sem este financiamento público (que deve ter totalizado e ainda totalizar alguns bilhões de reais por ano), as escolas privadas certamente não teriam se expandido tanto, pois as suas mensalidades teriam que ser muito maiores do que são. Afastando assim a demanda de estudantes sem condições de pagar. A omissão do Estado e o financiamento público às escolas privadas têm sido assim, duas das mais importantes medidas de privatização da educação, sobretudo do ensino superior.

Ou seja, educação, saúde, segurança, enfim, serviços públicos para todos, com qualidade é apenas discurso nos períodos eleitorais. No dia a dia, a realidade é outra. Ataques a todos os direitos e conquistas da classe trabalhadora e da juventude, para garantir recursos ao mercado financeiro e maiores lucros para os tubarões da educação privada.

Só com unidade e organização dos trabalhadores e jovens, conseguiremos destruir a ditadura do capital que vivemos e, por consequência, construir a revolução socialista onde os trabalhadores irão tomar o poder em suas mãos e exercer a democracia operária, rompendo com a ditadura da burguesia. A crise do capitalismo é brutal e a sanha por lucro a qualquer custo por parte da burguesia é incontrolável. Pois é da natureza do capitalismo impor a exploração do homem pelo homem. Logo, ou a classe operária destrói o capitalismo e constrói o socialismo ou será a barbárie.

*Adilson Mariano é professor e atualmente cumpre mandato de vereador pelo PT de Joinville



Maioridade Penal

No Brasil os números relacionados à delinquência juvenil são impressionantemente contra a redução da idade penal, para azar e desespero daqueles que pensam e alardeiam que cadeia resolve tudo.

Reflexões e números que demonstram que a proposta não resolve qualquer problema, porque o problema é outro.

Todas as estatísticas nacionais e internacionais, como veremos, comprovam que a redução da idade para aplicação de sanções penais de maior gravidade não resolvem o problema da criminalidade e muito menos aqueles da juventude.

O próprio Unicef – Fundo das Nações Unidas para a Infância, organismo indubitavelmente da estrutura capitalista, afirma que a redução da maioridade penal em 54 países pesquisados, a exemplo dos Estados Unidos, não resultou em diminuição da violência entre crianças e adolescentes.

Já nos idos de 2007, o New York Times publicou que a experiência de aplicação das penas previstas para adultos para adolescentes nos Estados Unidos foi mal sucedida resultando em agravamento da violência. Foi demonstrado que os adolescentes que cumpriram penas em penitenciárias, voltaram a delinquir e de forma ainda mais violenta, inclusive se comparados com aqueles que foram submetidos à Justiça Especial da Infância e Juventude.

No Brasil os números relacionados à delinquência juvenil são impressionantemente contra a redução da idade penal, para azar e desespero daqueles que pensam e alardeiam que cadeia resolve tudo.

Diria que o problema não está com os jovens brasileiros, com eles está aquele de menor vulto, mas sim com a insanidade de uma parcela da população que passou a entender, a partir de um massacre da grande mídia, que somente com o encarceramento se resolverá a questão da criminalidade juvenil.

Muito embora não se tenha hoje uma tabulação de dados sobre o tema,

sabe-se de fonte segura que a maioria dos adolescentes internos em razão do cometimento de infrações de origem penal são negros, parte de origem nordestina, e na unanimidade de baixa escolaridade. Poucos frequentaram algum tipo de estabelecimento escolar, e há aqueles que sequer têm o registro de ter frequentado o banco escolar em algum momento da vida.

Por outro lado, vista a questão em debate, tem-se que entre o ano de 2002 e aquele de 2010 por volta de 160 mil jovens negros foram vítimas de homicídio no Brasil. No mesmo período isso ocorreu com 70 mil brancos.

Há muitos comentaristas do assunto pelo país afora, uns mais outros menos experimentados, alguns por ignorância e um bom número de má-fé, que se esquece de dizer que a não redução da idade penal não implica em impunidade do jovem infrator, porque todos os delitos cometidos por crianças e adolescentes já têm sua punição estipulada por lei, inclusive com privação da liberdade, de acordo com a gravidade do ato.

No entanto, também não lembram estes especialistas, e os motivos para tanto não interessam por aqui, que o problema de eventual impunidade do jovem infrator está na falta de estabelecimentos próprios à reeducação e na ausência de uma política pública clara de programas sócio-educativos de efetividade.

Já tive a oportunidade de ler e aprender em Anne Neves de Oliveira, de formação em Direito Penal pela Fesurv, que se pode “perceber com maior facilidade que a redução da idade na responsabilidade criminal é desnecessária e uma ilusória solução para os índices de criminalidade no país”. Como fora dito, a criminalidade no Brasil tem crescido como um todo, e não apenas a criminalidade juvenil que tem alcançado índices elevados. No entanto, a redução da idade penal não seria a solução para o problema da criminalidade. A base do problema da criminalidade encontra-se nas estruturas sociais do

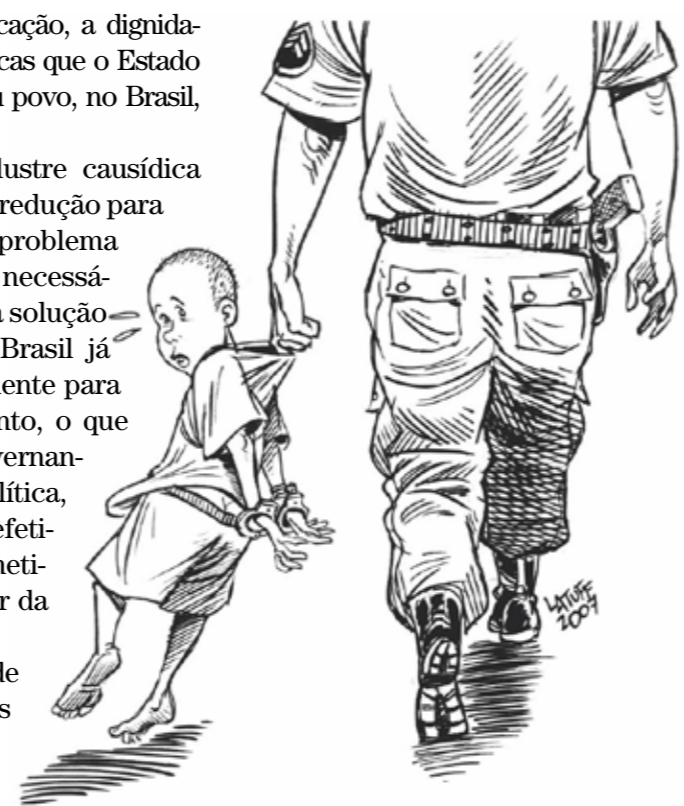
país. A saúde, a educação, a dignidade, as estruturas básicas que o Estado deve propiciar ao seu povo, no Brasil, tem sido precária.

Alerta ainda a ilustre causídica que “acredita que a redução para 16 anos resolveria o problema é utópica. Não são necessárias novas leis para a solução desse problema, o Brasil já tem legislação suficiente para enfrentar-lo. Entretanto, o que se necessita é de governantes com vontade política, que se encontrem efetivamente comprometidos com o bem estar da população.”

Como advogado de profissão, com alguns anos de militância socialista, afirmaria estar de acordo, de forma genérica, com a Anne Neves de Oliveira, mas fixaria que no atual estágio mundial em que se encontra o capitalismo, nem mesmo educação, saúde e oportunidades serão concedidas aos nossos jovens, na medida em que o atendimento a estes direitos fundamentais se encontra em contradição com a continuidade da exploração e concentração de riquezas mais e mais nas mãos de poucos, em detrimento de milhões que têm na miséria o cotidiano sofrido.

Para mim, somente a expropriação social dos grandes meios de produção e das terras é que poderá frear a velocidade dos tempos para a barbárie, cujos primeiros sinais já se encontram entre nós, lamentavelmente, e parte destes signos estão semeados em nossa juventude, os responsáveis pelo futuro.

No momento em que nossos milhões de crianças e adolescentes, sem exceção, se encontrarem nas escolas com direito a esporte, saúde e lazer, com o Estado se desincumbindo de todas as tarefas sociais para o desenvolvimento sadio da juventude, a proposta de redução da maioridade penal



não será mais que um amontoado de papéis que lançaremos na lata do lixo da história recente.

Diria mais: a transformação da sociedade - daquilo que temos para uma sociedade socialista e de oportunidades universais - é uma tarefa cada vez mais difícil a partir do tratamento hoje oferecido à nossa juventude, que em alguns segmentos sociais, fica entregue às drogas e à criminalidade, com a omissão criminosa do Estado e de todos aqueles que acreditam que a redução da maioridade penal será a solução para os sérios problemas sociais que afligem nossas crianças e nossos adolescentes.

Nossos jovens não necessitam de mais repressão e privação. Precisam de direitos fundamentais que lhes são negados. O capitalismo não reserva espaço para tanto, por isso há que ser demolido e em seu lugar ser edificada uma nova sociedade verdadeiramente humana. Nela, as crianças, adolescentes e jovens florescerão em suas plenas potencialidades, inaugurando uma sociedade universal e verdadeiramente humana.



A Segunda Revolução Egípcia

Declaração da Corrente Marxista Internacional – CMI*

Morsi caiu. O magnífico movimento das massas mostrou mais uma vez ao mundo inteiro a verdadeira face do povo egípcio. Também mostrou que a revolução, que muitos, inclusive da esquerda, acreditavam ter-se estancado, ainda possui imensas reservas sociais.

Apesar de toda a propaganda mentirosa, que trata de apresentar a revolução como “um golpe de Estado”, tratou-se de uma verdadeira insurreição popular, que se espalhou como um rasilho de pólvora através de cada cidade e povoado do Egito. Esta foi a Segunda Revolução egípcia.

Na última semana houve, segundo as estimativas mais conservadoras, 17 milhões de pessoas nas ruas, e os apelos a uma greve geral estavam no ar. Este foi um levantamento popular sem precedentes na história. Por sua escala e alcance superou de longe mesmo a revolução que derrubou o ditador Mubarak há menos de dois anos.

Sem nenhum partido, organização ou direção, as massas desafiaram valentemente a um regime odiado. Nas palavras de Marx, acompanhando os passos da Comuna de Paris, “tomaram o céu de assalto”. A revolução avança com botas de sete léguas, empurrando todos os obstáculos para o lado.

Trotsky explica que “a história das revoluções é para nós, antes de tudo, a história da irrupção violenta das massas no governo de seu próprio destino”. Esse é o significado interno da revolução egípcia. Como toda grande revolução, abalou profundamente a sociedade. Deu uma voz e uma forma às aspirações informes das massas por uma vida digna e um futuro melhor.

“Mas as massas são confusas politicamente, não têm um programa claro e não sabem o que querem”. Este é o raciocínio estéril dos formalistas e sectários que ignoram o que é uma revolução.

Por sua própria natureza, a revolução significa a entrada no cenário da história dos milhões de pessoas não instruídas politicamente. Elas não leram nenhum livro marxista e não são membros de nenhum partido. Mas são o impulso primário real da revolução e a única garantia de seu êxito.

Nas primeiras etapas da revolução, as massas são confusas e ingênuas. É natural! Quem estava ali para educá-las? Quem pode fazer isso agora? As massas somente podem aprender através de sua experiência direta na ação. Estão aprendendo do maior livro de todos – o livro da vida.

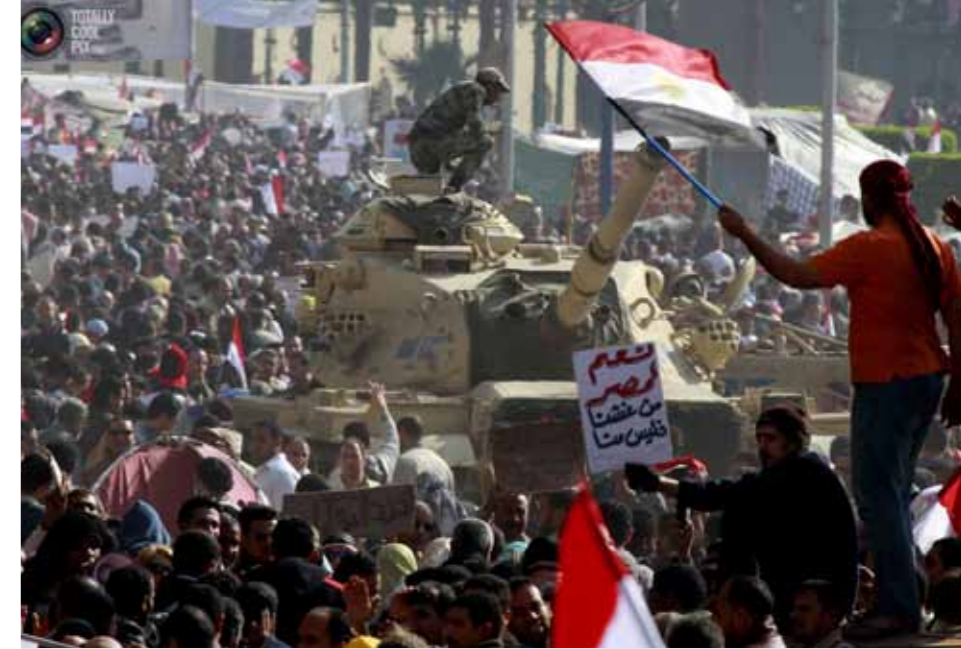
Em uma revolução, no entanto, as massas aprendem rápido. Os homens e mulheres nas ruas do Cairo, Alexandria e outras cidades, aprenderam mais nos últimos dias e semanas que em toda a sua vida. Acima de tudo, aprenderam o seu próprio poder coletivo – o poder de desafiar governos e Estados, políticos e burocratas, generais e chefes de polícia – e a ganhar.

Esta lição é muito poderosa, mas também muito perigosa do ponto de vista da classe dominante – e não somente no Egito. Os líderes da Turquia, Arábia Saudita, Jordânia, Marrocos e Qatar estão tremendo da cabeça aos pés. Mas as ondas de choque procedentes do Egito estão se espalhando ainda mais longe.

Foi um golpe de Estado?

A reação dos imperialistas aos acontecimentos do Egito foi uma combinação de medo, impotência e traição, em partes iguais. Os estadunidenses ficaram tão impotentes para influir nestes acontecimentos como o estavam há dois anos. Viram-se obrigados a recorrer a manobras e intrigas entre os bastidores com a cúpula do exército egípcio, respaldadas com ameaças e chantagens.

Todo o mundo sabe que os chefes do exército fizeram um trato com Morsi e com a Irmandade Muçulmana há um ano através do qual entregaram no-



Nas ruas de Cairo manifestantes imobilizam blindado

minalmente o poder a estes ladrões e bandidos em troca de deixar intacto o velho aparato estatal. Aos assassinos e torturadores do antigo regime foi permitido permanecer livres.

Nenhum general ou chefe de polícia foi levado a julgamento por seus crimes contra o povo. Foi-lhes permitido continuar saqueando o Estado e encher os bolsos como antes. Mas, agora, também com a participação dos ricos homens de negócio que estão por trás da Irmandade Muçulmana.

Se os chefes do exército decidiram se desfazer de Morsi foi somente porque se viram obrigados a fazê-lo por um movimento irresistível das massas. Os generais tinham medo de que, se não agissem rápido, as massas poderiam ir mais além e passar à etapa de tomar o poder em suas próprias mãos. Eles decidiram sacrificar Morsi com a finalidade de salvar o que fosse possível do velho aparato estatal e, sobretudo, sua própria riqueza, poder e privilégios.

Os meios de comunicação burgueses estão agitando a ideia de que este “golpe de Estado” não pressagia nada de bom para a “democracia” no Egito. Nas telas de televisão mostram os representantes da Irmandade Muçulmana choramingando, alegando que se tratou

de um golpe à democracia com um presidente “legitimamente eleito” deposto pelos militares, comparando isto com o golpe de Estado da década de 1950, que levou a décadas de ditadura.

À força de insistir no fato de que foram os militares que derrubaram Morsi, estão tratando de desviar a atenção do fato de que foram as massas que provocaram a derrubada de Morsi.

Não foi um golpe de Estado. Pelo contrário, foi imposto aos militares pelas massas. Os generais deixaram claro que não querem se encarregar do governo. Isso não surpreende. Não se precisa mais que dar uma olhada na superlotada Praça Tahrir para se compreender a impossibilidade de que o exército possa controlar movimento tão vasto. Em troca, os generais decidiram montar no lombo de um tigre. O problema é que um homem que monta no lombo de um tigre terá sérios problemas quando tratar de desmontar.

Democracia

A segunda grande mentira que está sendo cuidadosamente difundida pelos meios de comunicação é que Morsi

>> Continua na próxima página



foi “o primeiro presidente eleito livremente” no Egito, e que, portanto, tem “legitimidade” e o povo deveria ter sido paciente e esperar por novas eleições, como fazem os “civilizados” estadunidenses, franceses, britânicos...

Quando puseram este pueril argumento à consideração de um dos manifestantes da Praça Tahrir, este se limitou a responder: “Mas isto é uma revolução!”. Uma excelente resposta. Desde quando uma revolução dobra a cabeça ante leis, governos e instituições? Uma revolução, por sua própria natureza, provoca, desafia e tenta derrubar a ordem existente, suas leis, normas e valores. Exigir de uma revolução que mostre respeito às instituições e personalidades que está tratando de derrubar é exigir que a Revolução renuncie a si mesma.

Seja como for, o argumento de que o governo de Morsi era democrático é falso até a medula. Nem a forma como chegou ao poder, nem a forma como governava eram verdadeiramente democráticas. A maioria dos egípcios não votou por Morsi, como tanto se alegou. Somente 46,42% dos eleitores acudiram às urnas no primeiro turno das eleições presidenciais. Muitos dos que votaram por Morsi no segundo turno o fizeram sob a ilusão de que estavam votando pelo “mal menor”, para defender a “democracia”, etc. Inclusive setores da esquerda defenderam o voto por Morsi sobre esta base; uma posição muito equivocada e que criticamos duramente em seu momento. Nossa crítica foi amplamente justificada pelos acontecimentos que se seguiram.

Morsi não era o “mal menor”. Os métodos do governo de Morsi em nada se diferenciam dos métodos de Mubarak. De fato, foram realizados pelas mesmas pessoas. Durante seu governo de doze meses, centenas de manifestantes foram assassinados e milhares de ativistas perseguidos, golpeados e encarcerados por seus asseclas somente porque se mobilizaram politicamente contra ele.

Foram organizados pogroms contra os cristãos, xiitas e outras minorias religiosas. Os direitos dos trabalhadores foram socavados sistematicamente.

Ele orquestrou um golpe de estado legal na principal federação sindical. Sentenciou 21 torcedores de futebol inocentes à pena de morte. As mulheres foram agredidas sexualmente nas ruas com a finalidade de intimidação e submissão. O Egito estava sendo empurrado para uma constituição islâmica antidemocrática e repressiva. O próprio Morsi se concedeu poderes especiais que iam muito além de seus direitos constitucionais. Por último, declarou sua intenção de empurrar o Egito à voragem sectária da Síria.

Os “democratas” agora aconselham aos trabalhadores a ter paciência, a esperar até as próximas eleições, a “dar uma oportunidade à democracia” etc., etc. Mas estes “democratas” se alimentam bem e vivem em casas bonitas e confortáveis. Podem se dar ao luxo de ser pacientes, visto que a democracia que defendem já lhes deu resultados muito satisfatórios. Mas as massas não podem esperar. Passaram fome durante 12 meses, enquanto os outros viviam na abundância. Carecem de teto, enquanto outros vivem no luxo. Mesmo as pessoas que votaram por Morsi com a esperança de alguma melhoria viram suas esperanças frustradas. A intensidade de sua ira é proporcional ao grau de suas expectativas.

Para as massas, a democracia não é uma palavra vazia. A prova de fogo da democracia é o desafio de encher estômagos vazios. A revolução egípcia não foi feita para proporcionar tarefas lucrativas aos políticos profissionais. Foi uma rebelião das massas contra a exploração, o desemprego e a pobreza. Numa revolução o estado de ânimo das massas muda com a velocidade de um raio. Por sua vez, a maquinaria pesada da democracia parlamentar é lenta e vai na retaguarda dos acontecimentos. A suposta legitimidade de Morsi se baseia no voto de uma minoria e o apoio que ganhou então se derreteu em grande medida.

As etapas da revolução egípcia

Uma revolução não é um drama em um só ato. Desenvolve-se através de

uma série de etapas, nas quais as massas tratam de encontrar uma maneira de sair da crise, mirando primeiro a um partido ou a um líder político e logo a outro. Nas primeiras etapas, que se caracterizam pela irrupção explosiva das massas na arena política, sua falta de experiência política e sua ingenuidade as levam a tomar o caminho de menor resistência. Mas logo descobrem que o caminho “fácil” resulta ser mais doloroso e difícil.

Trotsky explica:

“As massas não vão à revolução com um plano preconcebido de reconstrução social, mas com um sentimento agudo de que não podem suportar mais o antigo regime. Somente as camadas dirigentes de cada classe têm um programa político e mesmo este ainda requer a prova dos acontecimentos e a aprovação das massas. O processo político fundamental de uma revolução consiste precisamente na compreensão gradual por uma classe dos problemas derivados da crise social – a orientação ativa das massas através de um método de aproximações sucessivas. As diferentes etapas de um processo revolucionário, comprovadas pela mudança de partidos em que os mais extremos sempre substituem os menos extremos, expressam a pressão crescente à esquerda das massas – até enquanto a oscilação do

movimento não se choque contra obstáculos objetivos. Quando isto acontece, começa uma reação: decepção das diferentes camadas da classe revolucionária, crescimento da apatia e, com isso, o fortalecimento da posição das forças contrarrevolucionárias. Tal é, em resumo, o esquema geral das revoluções anteriores”.

Podemos ver um padrão similar na revolução egípcia. Na ausência de um forte partido revolucionário, um setor das massas mirou para a Irmandade Muçulmana, que era o único partido seriamente organizado nesse momento. Os dirigentes da Irmandade, especialistas no engodo, cuidaram muito de ocultar sua verdadeira natureza e os interesses de classe que jazem por trás de sua retórica.

Mas, uma vez no poder, logo saíram da sombra para mostrar suas verdadeiras cores. Ao chegar a um acordo com os chefes do exército, traíram todas as esperanças de seus seguidores. A opinião das massas virou decisivamente contra eles, conduzindo diretamente para a presente situação. Isto representa uma nova etapa, qualitativamente superior, da revolução egípcia.

Haverá toda uma série de movimentos e agitações, e toda uma série de governos instáveis, porque sobre bases capitalistas não é possível nenhuma solução para os problemas do



Na Praça Tahrir o povo prepara mais um dia de luta



QUEM SOMOS E PELO QUE LUTAMOS?



A Esquerda Marxista é uma organização política que luta pelo socialismo. Somos a seção brasileira da Corrente Marxista Internacional - CMI, presente em mais de 30 países. Estamos ao lado dos trabalhadores e da juventude em suas batalhas do dia-a-dia rumo à sua emancipação. Juntos com os trabalhadores, ocupamos fábricas (Cipla, Interfibra, Flaskô e tantas outras). Na defesa dos postos de trabalho e direitos, desde 2002 construímos o Movimento das Fábricas Ocupadas na luta pela estatização sob controle operário, resistindo aos duros golpes, por uma intervenção a mando do governo federal na Cipla e Interfibra.

Estamos com os trabalhadores rurais sem-terra e os sem-teto nas lutas por terra e moradia. Estamos nos sindicatos, na CUT, combatendo pelas reivindicações dos trabalhadores, contra os pelegos e os divisionistas. Impulsionamos o Movimento Negro Socialista, que tem papel destacado na luta contra o racismo e o racialismo – contra a divisão do povo trabalhador brasileiro em “raças”. E com a Juventude Marxista – organização de jovens da EM – estamos na luta da juventude por seus direitos e por um futuro digno; organizando a luta pelo passe-livre e por vagas para todos nas universidades públicas.

Somos uma corrente do Partido dos Trabalhadores, uma corrente que não se furta a combater a coalizão de Lula com a burguesia e a degeneração do partido, dessa forma nos ligamos aos milhares de petistas que continuam fiéis à sua classe e que não se esqueceram dos motivos pelos quais o PT foi fundado.

Egito. Haverá novos levantamentos, mas também períodos de cansaço, de desilusão, de desespero, de derrotas e mesmo de reação. Mas cada interrupção será acompanhada de novas explosões. Isso está enraizado na natureza deste período.

Podem as massas tomar o poder?

Este inspirador movimento foi um movimento genuinamente de massas. Comitês revolucionários brotaram por todo o país. Lançou-se uma greve geral. Milhões ocuparam as ruas. O governo estava suspenso no ar. Os manifestantes rodearam o palácio do presidente, fecharam as portas com cadeados e puseram cartazes dizendo: “Fechado por Ordem da Revolução”.

Os prédios do governo foram ocupados por gente comum – pedreiros, carpinteiros, lojistas, estudantes e professores. A eles se uniram, em alguns casos, soldados e oficiais. Policiais uniformizados se uniram aos manifestantes para expressar sua solidariedade.

Nos últimos dias o poder no Egito estava à disposição nas ruas esperando que alguém o recolhesse. A tragédia é que não há nenhuma direção genuína que ocupe a vaga. Morsi foi derrubado por uma revolução, da mesma forma que o czar na Rússia em fevereiro de 1917. Mas a experiência da revolução russa de fevereiro de 1917 mostrou que não é suficiente derrubar o velho regime. Tem que se colocar algo em seu lugar. No caso da Rússia, a existência do Partido Bolchevique sob a direção de Lênin e Trotsky foi o fator decisivo que permitiu o triunfo da revolução. Mas tal partido não existe no Egito. Deve ser construído no calor dos acontecimentos.

Na realidade, o poder estava nas mãos do povo. Mas, se este poder não

está organizado, pode deslizar através de seus dedos. Quando o movimento sossega e as pessoas retornam a sua vida cotidiana, os políticos profissionais, os arrivistas e os mercadores sequestram a revolução e chegam a acordos sujos nas costas do povo. Nada terá mudado, e em mais ou menos um ano as pessoas terão que voltar às ruas.

“O povo não está sendo razoável”, dizem os críticos burgueses da revolução. “Os problemas do Egito são demasiadamente grandes para serem resolvidos em alguns meses”. Sim, é verdade que os problemas do Egito são muito graves. Mas, por essa mesma razão, não podem ser resolvidos com paliativos. Problemas desesperados requerem soluções da mesma envergadura. E o fato é que a raiz do problema não é tal ou qual governo, ou tal ou qual presidente. A causa do problema é a crise do capitalismo. E somente pode ser resolvido com a abolição do capitalismo e por sua substituição por uma economia nacionalizada e planificada sob o controle democrático da classe trabalhadora.

O exército não pode se manter no poder, mas provavelmente vai tratar de formar um suposto governo tecnocrático encabeçado por um “liberal” burguês do tipo de El Baradei. Pode haver alguns iludidos com ele no exército entre os elementos mais atrasados, embora sua autoridade não seja tão grande como os meios de comunicação ocidentais tratam de apresentar. As pessoas mais conscientes não têm nenhuma ilusão no exército. Os elementos mais combativos da juventude estão agrupados em torno de uma coalizão chamada Tamarrod, que deu forma às aspirações revolucionárias das massas. Tamarrod emitiu uma declaração, antes da queda de Morsi, nas seguintes linhas “os EUA estão

tratando de influir no exército e em Morsi, mas todos os partidos devem saber que a vontade revolucionária do povo é mais forte”.

Isto é cem por cento correto. O lema dos revolucionários mais conscientes deve ser: “Nenhuma confiança nos políticos burgueses que querem roubar a Revolução e pactuar seus frutos como os mercadores regateiam no bazar. Desconfiar de gente como El Baradei, que representa só a ele mesmo, mas que reclama o direito de falar em nome da revolução”.

Estas pessoas não podem resolver os problemas prementes do povo egípcio. Mas, como podem ser resolvidos estes problemas? Os trabalhadores russos criaram os sovietes – conselhos de trabalhadores – com a finalidade de dar expressão organizada ao movimento. No Egito, os comitês revolucionários também começaram a surgir. Esta é a forma como as aspirações das massas podem se expressar adequadamente. Os comitês deveriam estar vinculados sobre bases locais, regionais e finalmente nacionais. Isto representaria uma genuína alternativa revolucionária e democrática ao Estado burguês corrupto e repressivo.

O povo do Egito não pode esperar que nem o exército nem ninguém mais tome as decisões por ele. O controle operário deveria ser introduzido imediatamente nas fábricas e centros de trabalho para garantir a produção, proteger as condições e os direitos dos trabalhadores e expor a corrupção, o roubo e a má gestão dos patrões e burocratas.

Para defender a revolução contra os ataques terroristas dos partidários do presidente deposto e dos elementos islâmico-fascistas, os trabalhadores deveriam se armar e se organizar em milícias, vinculadas aos comitês revolucionários. Deveriam estabele-

EXPEDIENTE LutadeClasses

6 N°s R\$ 30,00 - Pelo site: www.livrariamarxista.com.br/acessorios/jornais/assinatura-anual-do-jornal-luta-de-classes
Rua Tabatinguera, 326 cj. 11 - Centro - São Paulo/SP - CEP: 01020-000; Fone: (11) 3101-8810
Diretor: Serge Goulart | Editor: Riobaldo Tartarona | Jornalista responsável: Rafael Prata MTB n° 40040/SP
jornal@marxismo.org.br - home: www.marxismo.org.br - Editor responsável: Wanderci Bueno

Entrevista com Akran Nadir: 2º Parte

Publicamos aqui a segunda parte da entrevista com Akran Nadir, representante dos sindicatos de trabalhadores do Iraque, que esteve no Brasil por ocasião da comemoração dos 10 anos de ocupação da Flakô. Ele relata o seu exílio, porque teve que deixar o Iraque após a ocupação e também a sua opinião sobre a construção de uma Internacional Operária.

4. Porque você teve que deixar o Iraque e ir morar no Canadá?

Eu cresci numa família revolucionária marxista; eu vi os meus pais serem torturados na minha frente quando eu tinha 10 anos durante o regime do Saddam Hussein, e eu e o resto da minha família ficamos sem emprego porque não concordávamos com a guerra imperialista entre o Iraque e o Irã e com a política fascista de matar milhares de pessoas amantes da liberdade, marxistas e genocidas de curdos civis... Depois do regime do Saddam Hussein, a situação não mudou muito para pessoas como nós; só mudam os rostos, mas o que faziam contra nós no passado, agora fazem em segredo, sob o nome de democracia. Estou fora do Iraque desde 1996, mas vou voltar lá sempre que eles precisarem de mim. Eu voltei no período entre 2002-2007 até que eles me mandaram para

a cadeia de novo em 2006, junto com muitos ativistas e numa situação muito ruim, com 120 pessoas numa cela muito pequena. As agências de inteligência estavam assustando as pessoas e me disseram claramente que eu deveria cuidar da minha vida pessoal e me calar e não ser testemunha dos crimes deles contra os prisioneiros, senão, eu poderia ser assassinado. Eu saí então do Iraque e voltei para o Canadá a fim de continuar com a luta de classes. Eu não estou no Iraque, mas estou entre outros camaradas em lugares diferentes nesta selva capitalista na luta ainda pela liberdade e pelo socialismo.

5. O que você pensa sobre a luta para unir os trabalhadores numa Organização Internacional?

Eu penso que esta é a questão mais importante! Porque nunca foi tão necessário unir a humanidade e a classe trabalhadora numa unidade radical em uma organização internacional como agora; vivemos um momento histórico e a crise da economia global está balançando as estruturas do mundo. As corporações e seus regimes afiliados buscam superar sua crise profunda fazendo guerras ou cortando direitos que os trabalhadores conseguiram após muitos anos de luta, reduzindo salários, fazendo demissões em massa, aumentando a carga horária de trabalho, reduzindo os benefícios na área da saúde, cancelando subsídios nos cuidados com as crianças e reduzindo o seguro desemprego. Segundo relatórios apresentados pela ONU e outras organizações internacionais, a crise econômica irá aumentar o âmbito da pobreza mundial e trará ameaças de morte para milhões de pessoas por fome e desamparo. Eu nunca ignoro as outras

questões, mas, quando falamos de movimento local da luta das classes trabalhadoras como manifestações, greve geral, rebeliões, revolução, temos que entender que estamos falando de uma parte de um todo, já que a luta dos trabalhadores é internacional. Nada no mundo é só local. Pode acontecer em um ponto específico, como um terremoto, mas depois do choque temos que ver se as consequências foram muito grandes ou profundas. Será que o Capitalismo ou o Imperialismo fazem alguma coisa sozinhos? Gostaria de contar uma história real que me aconteceu quando eu estava voltando da América Latina depois de participar da conferência do movimento dos trabalhadores das fábricas ocupadas em Caracas na Venezuela em junho de 2009. Meu voo fez uma escala em um aeroporto nos Estados Unidos e eu fiquei lá por 8 horas respondendo indagações do oficial se eu era terrorista porque eles sabiam que eu tinha participado da conferência. Quando eles viram meu discurso gravado por um camarada e as minhas fotos, perguntaram, no meio das muitas outras perguntas, porque eu tinha ido a uma conferência deste tipo. Eu respondi ao oficial: eu gostaria de lhe fazer uma pergunta: Os Estados Unidos são geograficamente e em poder militar muito maiores se comparados com um país como o Iraque, não são? Por que então os EUA não agiram sozinhos, sem o apoio da coalizão internacional, a união de grandes empresas e governos capitalistas do mundo todo para estar lá na ação e guerra legal e ter sucesso e domínio político e militar no mundo? A mesma coisa acontece com a classe trabalhadora; nós não podemos te jogar para fora do nosso país, sem ter junto o apoio internacional da nossa classe trabalhadora. A história ficou meio longa, mas eu quero mostrar em primeiro lugar que as nossas reuniões têm força. No entanto, não podemos esquecer que tipo de unidade internacional do movimento radical da classe trabalhadora nós queremos como alternativa para os pacifistas e reformistas que temos agora. Os problemas locais e as discussões e estratégias sobre os benefícios sociais e os conflitos de classe também. Temos que trabalhar nisso sem demora e muito mais do que trabalhamos nos últimos anos.



Akrhan no ato de comemoração dos 10 anos de ocupação da Flakô